

ESCOLA DE HUMANIDADES  
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL

JULIA ALESSANDRA CLIPES SALDAÑA

**DA EXPECTATIVA DE UM LAR A REALIDADE DAS RUAS: CAPITALISMO,  
NECROPOLÍTICA E IMIGRANTES LATINO-AMERICANOS EM PORTO ALEGRE**

Porto Alegre  
2024

GRADUAÇÃO



Pontifícia Universidade Católica  
do Rio Grande do Sul

JULIA ALESSANDRA CLIPES SALDAÑA

**DA EXPECTATIVA DE UM LAR A REALIDADE DAS RUAS: CAPITALISMO,  
NECROPOLÍTICA E IMIGRANTES LATINO-AMERICANOS EM PORTO  
ALEGRE**

Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado como requisito de  
avaliação parcial para obtenção  
do grau de Bacharel em Serviço  
Social pela Escola de  
Humanidades da Pontifícia  
Universidade Católica do Rio  
Grande do Sul (PUCRS).

Orientadora: Prof.<sup>a</sup>. Dr.<sup>a</sup> Maria Isabel Barros Bellini

Porto Alegre

2024

JULIA ALESSANDRA CLIPES SALDAÑA

**DA EXPECTATIVA DE UM LAR A REALIDADE DAS RUAS: CAPITALISMO,  
NECROPOLÍTICA E IMIGRANTES LATINO-AMERICANOS EM PORTO  
ALEGRE**

Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado como requisito de  
avaliação parcial para obtenção  
do grau de Bacharel em Serviço  
Social pela Escola de  
Humanidades da Pontifícia  
Universidade Católica do Rio  
Grande do Sul (PUCRS).

Aprovada em: \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2024.

**BANCA EXAMINADORA**

\_\_\_\_\_  
Orientadora: Prof.<sup>a</sup>. Dr.<sup>a</sup> Maria Isabel Barros Bellini – PUCRS

\_\_\_\_\_  
Prof. Dr.

\_\_\_\_\_  
Prof. Dr.

Dedico este trabalho a todas as pessoas que, em meio a desafios e incertezas, foram obrigadas a se desprender de suas raízes em busca de sonhos, dias melhores ou, simplesmente, da sobrevivência. A cada migrante que carrega consigo a coragem de recomeçar, este trabalho é também uma homenagem.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço, primeiramente, ao Presidente Luís Inácio Lula da Silva e ao ex-ministro da educação Fernando Haddad, que, através da criação e ampliação da rede de Institutos Federais, me permitiram acessar uma educação pública, gratuita e de qualidade. Acesso esse que possibilitou o conhecimento, preparo e competência para ver e encarar novas oportunidades. Agradeço, também, e especialmente, pelo Programa Universidade Para Todos (ProUni), que viabilizou o sonhado diploma de ensino superior, extremamente simbólico, já que serei a primeira da minha família paterna e a primeira da minha geração na família materna a ser graduada.

Aos meus pais, Joelma Clipes Cordeiro e Rober Javier Saldaña Fernandez, que, ao seguirem caminhos diferentes na estrada da vida, me ensinaram de diversas formas a não desespertar e jamais deixar de sonhar. Ver a persistência de vocês nunca me deixou ou deixará desistir, obrigada por terem me feito uma mulher forte, obrigada pelo apoio, mesmo distante, pela torcida genuína e por me darem asas.

A irmã que a vida me deu, Gabriela Dianecce, agradeço duplamente. Pelo apoio e acolhimento durante toda minha trajetória, acadêmica e de vida, por demonstrar orgulho e alegria a cada pequena conquista, mesmo quando algumas escolhas nos fizeram ficar distantes fisicamente, e por me presentear com mais um amigo para a vida, Santiago Bengoechea. Vocês são a personificação da lealdade.

A minha parceira de jornada, Tassiane Gomes, que enfrentou cada desafio, lado a lado, ora apoiando, ora sendo apoiada. Juntas construímos uma relação em que a conquista de uma, se transforma na conquista das duas, e unidas chegamos na tão sonhada vitória, com a certeza de que esse caminho foi trilhado de mãos dadas. Esse percurso não seria o mesmo sem ti, obrigada!

Às minhas colegas e amigas, Isadora Celuppi e Nicole Correia, manifesto minha gratidão por serem a luz e a força que me acompanharam no curso. Pelos risos compartilhados, pelos conselhos e pela amizade que ultrapassou os limites da convivência acadêmica, transformando-as em verdadeiros alicerces, parte essencial desta história.

Ao meu companheiro de vida, Marcos Klausberger, que esteve presente nos momentos mais difíceis dessa jornada, minha gratidão é imensurável. Nos desafios que pareciam insuperáveis, você foi quem acreditou em mim e no processo, mesmo quando eu mesma não conseguia enxergar sentido. Com sua sabedoria, conselhos e reflexões, você me ensinou a viver com calma e a valorizar o tempo das coisas. Obrigada por ser meu apoio constante e por cada lição compartilhada.

Agradeço também a minha sogra, Cristina Klausberger, que me incentivou, durante nossas trocas e com a sua própria trajetória, a seguir o caminho profissional que me faria mais feliz e realizada. Em uma cidade onde eu pensava estar sem família, você me acolheu e me cuidou como uma filha.

Aos profissionais e colegas do campo de estágio, agradeço pela oportunidade de integrar a equipe e pelo contato com diferentes realidades, contribuindo para minha formação. À minha supervisora, Nathally Pulgatti, minha gratidão especial pelo esforço, empenho e apoio constante, essenciais para o desenvolvimento deste trabalho. Aos usuários, agradeço por me ensinarem o que é resiliência e por darem sentido ao meu trabalho.

Agradeço a todas professoras e professor que marcaram essa caminhada. Em especial, à Inês Amaro, por sua dedicação e humanidade durante a supervisão do estágio, me fortalecendo para enfrentar os desafios do nosso trabalho, e à professora Maria Isabel Barros Bellini, exemplo de profissionalismo e entrega, cujos ensinamentos refletem anos de experiência e compromisso com a nossa formação. Sua orientação foi mais que acadêmica: foi um impulso para crescer enquanto pessoa e profissional.

Agradeço ainda às pessoas que, direta ou indiretamente, estiveram presentes ao longo dessa trajetória. Seja com palavras de incentivo, apoio nos momentos desafiadores ou mesmo com gestos simples, todos contribuíram para que este sonho se tornasse realidade. Reconheço que cada passo dado não teria sido o mesmo sem essas contribuições, que me fortaleceram e inspiraram durante todo o percurso.

Se o mundo ficar pesado  
Eu vou pedir emprestado  
A palavra poesia

Se o mundo emburrecer  
Eu vou rezar pra chover  
Palavra sabedoria

Se o mundo andar pra trás  
Vou escrever num cartaz  
A palavra rebeldia

Se a gente desanimar  
Eu vou colher no pomar  
A palavra teimosia

Se acontecer afinal  
De entrar em nosso quintal  
A palavra tirania

Pegue o tambor e o ganzá  
Vamos pra rua gritar  
A palavra utopia.

(Jonathan Silva)

## RESUMO

Este trabalho analisa a relação entre capitalismo, necropolítica e os desafios enfrentados por imigrantes latino-americanos em situação de rua em Porto Alegre. A partir de uma abordagem teórico-prática, baseada no Estágio Curricular Obrigatório realizado em um albergue noturno, investiga-se como a lógica de acumulação capitalista e a exclusão social contribuem para a produção de vulnerabilidades. O estudo aborda as barreiras enfrentadas por essa população, incluindo o racismo, a xenofobia e o acesso limitado a direitos fundamentais, como moradia, trabalho e saúde. Além disso, destaca estratégias para qualificar o acolhimento institucional e promover a inclusão social. A experiência envolveu a análise institucional, a compreensão das dinâmicas migratórias e o desenvolvimento de um projeto de intervenção voltado para fortalecer a rede socioassistencial e atender às necessidades específicas dos imigrantes.

**Palavras-chave:** imigração; população em situação de rua; albergue; necropolítica; assistência social.

## RESUMEN

Este trabajo analiza la relación entre el capitalismo, la necropolítica y los desafíos que enfrentan los inmigrantes latinoamericanos en situación de calle, en Porto Alegre. A partir de un enfoque teórico-práctico, basado en el Estagio Curricular Obligatorio realizado en un albergue nocturno, se investiga cómo la lógica de acumulación capitalista y la exclusión social contribuyen a la producción de vulnerabilidades. El estudio aborda las barreras que enfrenta esta población, como el racismo, la xenofobia y el acceso limitado a derechos fundamentales, como vivienda, trabajo y salud. Además, destaca estrategias y prácticas para mejorar la acogida institucional y promover la inclusión social. La experiencia incluyó el análisis institucional, la comprensión de las dinámicas migratorias y el desarrollo de un proyecto de intervención enfocado en fortalecer la red de asistencia social y atender las necesidades específicas de los inmigrantes.

**Palabras clave:** inmigración; población en situación de calle; albergue; necropolítica; asistencia social.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Escalas da migração .....	17
Figura 2 - Datos migratorios en américa del sur .....	20
Figura 3 - Rede Socioassistencial bairro Floresta.....	26
Figura 4 - Pirâmide de renda média brasileira (Renda mensal das famílias, em %) %).....	27
Figura 5 - Descrição do Portão de Entrada .....	48
Figura 6 - Descrição da Entrada lado interno.....	48
Figura 7 - Descrição da Sala da equipe técnica e coordenação .....	49
Figura 8 - Descrição de um Quarto Masculino, andar superior .....	50
Figura 9 - Flyer de divulgação da oficina de Espanhol para a equipe.....	68
Figura 10 - Capa do Guia de Bolso fornecido na oficina .....	69
Figura 11 - Certificado da oficina .....	69
Figura 12 - Tabela de avaliação dos participantes .....	70
Figura 13 - Modelo das novas sinalizações .....	73
Figura 14 - Protocolo de atendimento ao imigrante .....	75
Figura 15 - Orientações de acesso traduzidas.....	79
Figura 16 - Flyer de divulgação da oficina de Candombe .....	82
Figura 17 - Localização da praça Dante Santoro e Albergue Acolher 2 .....	83

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

ACNUR - Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados

AICAS - Associação Inter-Comunitária de Atendimento Social

AS - Assistente Social

BPC - Benefício de Prestação Continuada

CadÚnico - Cadastro Único para Programas Sociais

Centro Pop - Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua

CF/88 - Constituição Federal de 1988

CFESS - Conselho Federal de Serviço Social

CIBAI - Centro Ítalo-Brasileiro de Assistência e Instrução às Migrações

CLT - Consolidação das Leis do Trabalho

Covid-19 - Coronavírus SARS-CoV-2

CRAS - Centro de Referência de Assistência Social

CREAS - Centro de Referência Especializado de Assistência Social

EPA - Escola Porto Alegre

FASC - Fundação de Assistência Social e Cidadania

IDHM - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal

LGBTQI+ - Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros, Queer, Questionando, Intersexuais e outros

LOAS - Lei Orgânica da Assistência Social

NOB/SUAS - Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social

OIM - Organização Internacional para as Migrações

OSC - Organização da Sociedade Civil

OXFAM - Oxford Committee for Famine Relief (Comitê de Oxford para Alívio da Fome)

PCD - Pessoa com Deficiência

PJ - Pessoa Jurídica

PNAS - Política Nacional de Assistência Social

PSR - População em Situação de Rua

RNE - Registro Nacional de Estrangeiros

SINAN - Sistema de Informação de Agravos de Notificação

SINE - Sistema Nacional de Emprego

SISAB - Sistema de Informação em Saúde para a Atenção Básica

SJMR - Serviço Jesuíta a Migrantes e Refugiados

SPA - Substância Psicoativa

SUAS - Sistema Único de Assistência Social

SUS - Sistema Único de Saúde

UNHCR - United Nations High Commissioner for Refugees

## SUMÁRIO

<b>1.INTRODUÇÃO</b> .....	13
<b>2.NA BUSCA DE UM LAR, O QUE RESTA É A RUA</b> .....	16
2.1.Processos migratórios em diferentes escalas .....	17
2.2.Percurso até as ruas e instituições de acolhimento .....	22
<b>3.CAPITALISMO E A PRODUÇÃO DAS DESIGUALDADES</b> .....	31
3.1.O capitalismo e suas formas de reinvenção .....	31
3.2.A necropolítica e a indiferença com a vida humana .....	38
<b>4. POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL: ESTRUTURA, DESAFIOS E TRABALHO DO/DA ASSISTENTE SOCIAL NO ACOLHIMENTO NOTURNO</b> .....	44
4.1. Associação Beneficente Projeto Restaurar: o trabalho e os trabalhadores .....	45
4.2. Questão Social e o trabalho do/da assistente social no acolhimento noturno .....	54
<b>5.(DES)ACOLHIMENTO: A COMUNICAÇÃO COMO FATOR DE EXCLUSÃO/INCLUSÃO</b> .....	62
5.1.Os desafios da inclusão transcultural .....	64
5.1.1.Ação 01: Qualificação das técnicas de acolhimento: espanhol para acolhimento de imigrantes latino-americanos .....	67
5.1.2.Ação 02: Qualificando as estratégias para melhorar a comunicação: tradução de sinalizações.....	72
5.1.3.Ação 03: Encaminhamento padrão acerca do setor do serviço social e tradução das normas da casa.....	74
5.1.4.Ação 04: Oficina de Candombe e conexão América Latina .....	80
<b>6.CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	87
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	90
<b>APÊNDICE A – FORMULÁRIO DE SONDAAGEM COM EQUIPE TÉCNICA</b> .....	97
<b>ANEXO A - FICHA DE CADASTRO</b> .....	99
<b>ANEXO B - COMPROVANTE DE RESIDÊNCIA</b> .....	100

## 1.INTRODUÇÃO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) é resultado do processo formativo em Serviço Social da autora, desenvolvido na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, entre os anos de 2021 e 2024. A construção do trabalho foi baseada nas experiências e nas reflexões promovidas durante o Estágio Curricular Obrigatório, realizado no albergue noturno Acolher 2, em Porto Alegre, ao longo de dois semestres consecutivos, de março a novembro de 2023, como também nas produções em sala de aula, nos trabalhos elaborados para as disciplinas, discussões nos grupos de supervisão e orientações.

Para tanto, a partir dessa trajetória, nos propomos a realizar esse trabalho relacionando, dentre os assuntos debatidos no decorrer da formação, especificamente: a relação entre o capitalismo e a necropolítica com as vivências de imigrantes latino-americanos em situação de rua, na cidade de Porto Alegre. Com esse propósito, apresentamos o projeto executado para intervir nessa realidade e contribuir para a promoção do acesso a direitos fundamentais dessas pessoas. Consideramos que esse deve ser um compromisso das instituições que atuam nas políticas públicas e do Serviço Social, visto que o não acesso pode acentuar a vulnerabilidade social vivida por esses imigrantes, que muitas vezes enfrentam barreiras como o idioma, a cultura e a falta de informação para acessar os serviços de que necessitam.

Esses entraves podem comprometer o acesso dos imigrantes a benefícios, programas sociais e serviços essenciais, como assistência social, assistência médica, jurídica e psicológica. Além disso, em razão do desconhecimento dos processos legais e burocráticos relacionados ao visto e à residência, muitos imigrantes acabam em situação irregular no país, o que os impede de exercer direitos básicos, como o direito ao trabalho, à educação e à participação política.

Ademais, um dos princípios organizativos do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) é a universalidade, que prevê a todos o direito à proteção socioassistencial, prestada a quem dela necessitar, com respeito à dignidade e à autonomia do cidadão, sem discriminação de qualquer espécie ou

comprovação vexatória da sua condição (PNAS/SUAS, 2004). Dialoga, portanto, com o sexto princípio fundamental do Código de Ética do/da Assistente Social, onde está indicado o “empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças” (CFESS, 1993).

Ainda, cabe ressaltar que há uma motivação e vínculo pessoal para o enfoque neste tema. Isso porque, a descendência uruguaia, a vivência e a constituição enquanto sujeito em espaço de fronteira (Santana do Livramento/Brasil - Rivera/Uruguay) nos proporcionaram experiências significativas. Esse contexto possibilitou o entendimento e o domínio do idioma falado pelos demais países da América Latina (o espanhol), o contato com outras culturas e outros modos de vida, aliados à experiência em dinâmicas migratórias locais, contribuíram para uma perspectiva mais ampla sobre os processos migratórios e suas implicações.

Desse modo, associando a nossa trajetória pessoal e acadêmica, temos como objetivo desenvolver um estudo teórico-prático sobre a influência do capitalismo e da necropolítica na vida de imigrantes latino-americanos que passaram para a situação de rua em Porto Alegre. Nessa direção, o estudo, afora essa posição inicial e as considerações finais, está organizado em quatro capítulos.

No capítulo intitulado “Na busca de um lar, o que resta é a rua”, apresentamos e discutimos algumas informações sobre os processos migratórios em diferentes escalas, com foco específico na América Latina e no Brasil e, inserido nesse, em Porto Alegre. Com esse viés, discorreremos sobre os desafios enfrentados pelos imigrantes que, ao chegarem à cidade de Porto Alegre, acabam em situação de rua.

Em “Capitalismo e a produção das desigualdades”, apresentamos reflexões sobre a lógica de acumulação capitalista, evidenciando que essa, ao perpetuar a disparidade entre ricos e pobres, intensifica a exclusão social e a vulnerabilidade de milhões de pessoas em todo o mundo. A partir dessa análise, salientamos como essas condições resultam em profundas mazelas sociais, incluindo a falta de moradia digna para todos. Nesse sentido, relacionamos esse

cenário ao conceito de necropolítica, conforme definido por Achille Mbembe, ilustrando situações cotidianas vivenciadas por aqueles em situação de rua.

No capítulo quatro, “Política de Assistência Social: estrutura, desafios e trabalho do/da assistente social no acolhimento noturno”, em congruência com a teoria, ampliamos a discussão sobre a relação entre as migrações e o capitalismo, a partir da política de assistência social, trazendo reflexões acerca do nosso campo de estágio, das condições de trabalho e do trabalho do/da Assistente Social.

No penúltimo capítulo, intitulado “(Des)acolhimento: a comunicação como fator de exclusão/inclusão”, apresentamos uma síntese do processo de planejamento, implementação e avaliação do projeto de intervenção, explorando as nuances e os conhecimentos construídos ao longo do caminho. Ao compartilhar essas experiências, almejamos contribuir para o enriquecimento contínuo do trabalho de Serviço Social e para o aprimoramento das estratégias de promoção da inclusão e diversidade no ambiente institucional. Por fim, a conclusão do estudo é explicitada nas “Considerações Finais”, sintetizando as principais reflexões desenvolvidas ao longo do texto. O trabalho ainda conta com Referências Bibliográficas, Apêndices e Anexos.

## 2.NA BUSCA DE UM LAR, O QUE RESTA É A RUA

Iniciamos esse capítulo evidenciando, a título de contextualização, a distinção entre os conceitos de migrante, imigrante e emigrante. Migrantes são todas as pessoas que migram, transferindo-se de sua residência comum para outro lugar, região ou país<sup>1</sup>. Já emigrante é considerada a pessoa que deixa a sua pátria ou o seu local de origem para residir em outro país ou região. O imigrante, por sua vez, é a pessoa que ingressa em outra região, cidade ou país diferente, para aí viver. (Zamberlam, 2004).

Sendo assim, todo emigrante é também um imigrante. No entanto, sublinha-se a importância da diferenciação da terminologia utilizada para identificar a partir de qual perspectiva está sendo analisado o fenômeno: se é na que o indivíduo deixa seu país/região, representando assim, uma queda da população e, por vezes, denunciando expressões da questão social (emigrante); ou, sob olhar do sujeito que chega a determinado país, gerando um aumento na população, com necessidades a serem atendidas e direitos acessados(imigrante).

Neste trabalho, optou-se pelo uso do termo "imigrante" para descrever os indivíduos que se deslocam de seu país de origem para outro, estabelecendo-se em novos territórios. A escolha dessa nomenclatura baseia-se em sua precisão e abrangência, pois "imigrante" captura a condição de quem chega a um novo contexto nacional e social, deparando-se com os desafios e oportunidades que acompanham tal deslocamento. Além disso, o termo é amplamente reconhecido e utilizado em estudos acadêmicos e políticas públicas, tornando-se um conceito-chave para a análise das dinâmicas de inclusão, exclusão e integração social.

Há, também, discussões acerca do conceito de mobilidade humana que rondam os processos migratórios, onde autores que se debruçam sobre o assunto, como Botega (2017, p. 496) defendem que “os estudos de mobilidade

---

<sup>1</sup> Zamberlam, 2004, entende que a terminologia migrante também pode ser utilizada para se referir a pessoas que, ao perderem sua posição social no seu espaço comum, são excluídas, tendo restrita a sua perspectiva de reinserção no processo social produtivo. Todavia, destaca-se que essa não é a perspectiva que será empregada neste trabalho.

social buscam compreender o movimento, ou seja, não o lugar em que o indivíduo está ou o que ele tem, mas, sim, de onde ele vem, para onde está indo e em que medida está chegando lá”.

Apesar de reconhecermos a importância desse tema e o interesse que ele suscita, não aprofundaremos essa discussão no presente trabalho, visto que, nosso foco está voltado para os imigrantes que chegam ao Brasil e como se configura sua condição de vida aqui, especialmente nas ruas, onde enfrentam os desafios diários da sobrevivência em um contexto de extrema vulnerabilidade.

Posto isso, no presente capítulo traremos informações gerais sobre os processos migratórios em diferentes escalas (Figura 1), com enfoque na América Latina e Brasil. Ainda, iremos discutir o percurso desses imigrantes quando chegam à cidade e acabam em situação de rua.

Figura 1 - Escalas da migração



Fonte: Autora

## 2.1. Processos migratórios em diferentes escalas

Os processos migratórios são fenômenos complexos e multifacetados que têm se intensificado ao longo da história, especialmente em contextos de globalização, crises econômicas e conflitos sociais. A partir de uma perspectiva sociológica, Marinucci e Milesi (2021), pontuam que as migrações são percebidas como uma das consequências da crise neoliberal contemporânea, fruto do desemprego e das contradições do capitalismo, o que torna o tema cada vez mais profundo e grave.

Do mesmo modo, Bosner (2020) reafirma que a ampliação das desigualdades sociais, econômicas, ambientais, culturais, políticas, entre outras, juntamente com a insuficiente proteção social oferecida às pessoas em seus países de origem, contribui significativamente para a persistência de violações de direitos. Essas condições são reconhecidas como as principais causas das pressões migratórias na atualidade.

Por conta desse contexto

[...] las personas obligadas a moverse por pobreza o por conflictos y persecución - es decir, migrantes y refugiados - son particularmente vulnerables. Están atrapados, por así decirlo, entre tendencias opuestas. El contraste entre la apertura y las oportunidades que brinda la globalización, y la falta de redes adecuadas de seguridad social; así como el sentimiento de inseguridad producido por la xenofobia, sentimientos nacionalistas alimentados por la misma globalización (UNHCR, 2000, online).

No que se refere ao conceito/entendimento de imigrante e refugiado, o mais frisado é a diferenciação dos dois termos. De acordo com o artigo de Edwards (2015), publicado no *site* ACNUR (Agência das Organizações Unidas para Refugiados), refugiados são aqueles que saíram do seu país de origem por questões que envolvem conflitos armados ou perseguições intoleráveis, e, por conta disso, o reconhecimento como refugiado pelos países que os recebem é tão importante, já que, como refugiados, eles têm maior acesso à assistência, proteção e prevenção de novas violações de direitos. No Brasil, desde 1985, há 60 mil pessoas reconhecidas como refugiadas, a grande maioria é proveniente da Venezuela (Brasil, 2022).

Ainda de acordo com a ACNUR, os imigrantes, por outro lado, se deslocam do seu local de origem por escolha<sup>2</sup>, e normalmente buscam por melhores condições de trabalho, acesso à educação, à saúde, condições de vida no geral. Portanto, pode-se dizer que todo refugiado é um imigrante, mas nem todo imigrante é um refugiado.

---

<sup>2</sup> Acreditamos que o termo escolha, utilizado pela ACNUR, não dá conta de tudo que envolve de fato esse processo, visto que, se alguém precisa sair de seu país para ter acesso a condições de vida dignas, não é uma escolha.

Iniciamos a discussão considerando que a migração é um dos fenômenos sociais mais antigos e universais da humanidade, moldando a história de nações e comunidades ao longo dos séculos. Desde as primeiras migrações humanas, que ocorreram em busca de terras mais férteis e climas mais favoráveis, até os complexos fluxos migratórios contemporâneos, desencadeados por diferentes marcadores históricos, como guerras ou crises, o movimento de pessoas entre diferentes regiões do mundo continua a ser um elemento central nas dinâmicas sociais, econômicas e políticas globais.

Segundo o relatório publicado pela Organização Internacional para as Migrações (OIM) em 2020, intitulado “World Migration Report 2020”, no ano de 2019 havia mais de 272 milhões de migrantes no mundo (IOM, 2019, p. 24). Um estudo mais atual, do ano de 2024, publicado pela mesma organização, aponta que:

a migração internacional permanece sendo um impulsionador de desenvolvimento humano e crescimento econômico, demonstrado por um aumento de mais de 650% nas remessas internacionais de 2000 a 2022, que passaram de 128 bilhões para 831 bilhões de dólares. Esse crescimento continuou apesar das previsões de vários analistas de que as remessas iriam ter uma diminuição substancial devido à pandemia de COVID-19 (OIM, 2024).

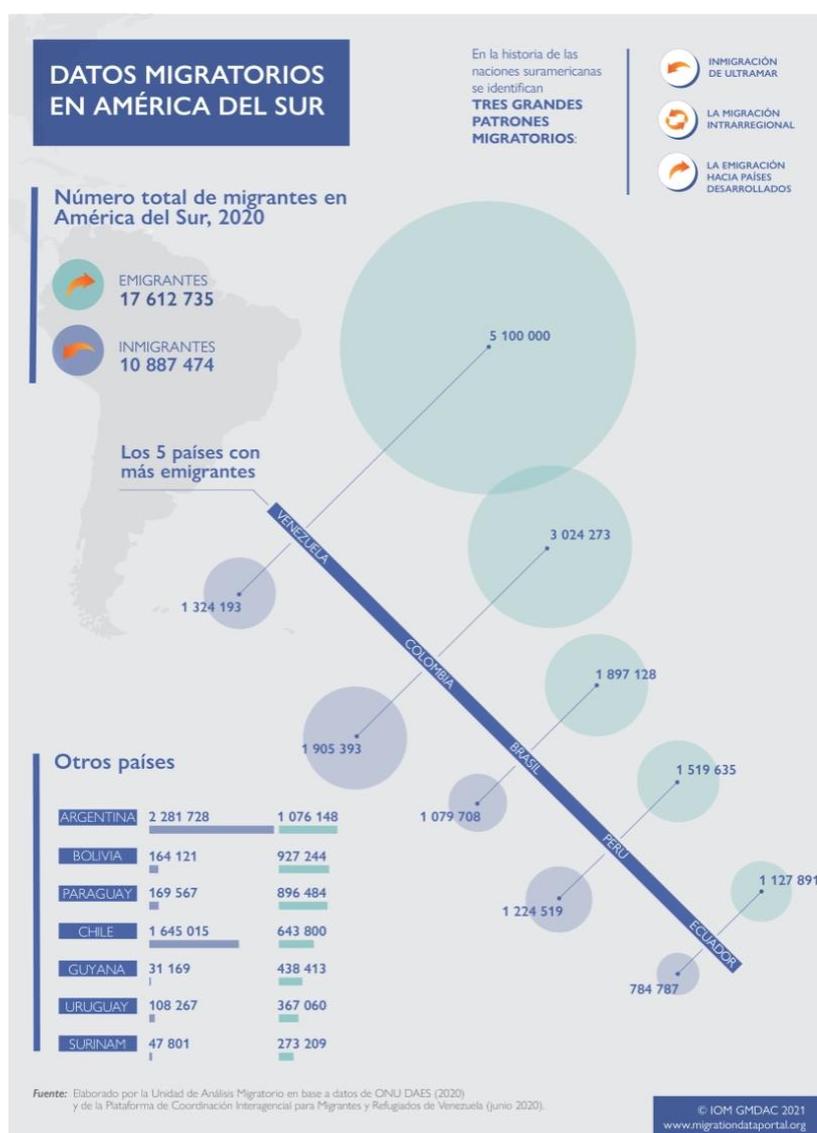
Contudo, nem todos os migrantes conseguem alcançar o sucesso financeiro necessário para enviar remessas significativas a seus familiares nos países de origem. Muitos enfrentam dificuldades econômicas e de integração no mercado de trabalho dos países de destino, além de barreiras burocráticas e sociais que limitam suas possibilidades de ascensão econômica. Essa situação de vulnerabilidade é ainda mais aguda para aqueles que, ao migrarem em busca de melhores condições de vida, acabam em situações precárias ou em situação de rua, sem acesso aos direitos básicos e sem perspectivas de inserção social.

A América Latina, que engloba vinte países ao todo, tem sido palco de intensos fluxos migratórios ao longo dos séculos. Desde as migrações forçadas dos povos indígenas e a diáspora africana durante o período colonial, até os deslocamentos mais recentes impulsionados por crises econômicas, políticas e ambientais, a região é marcada por um constante movimento de pessoas dentro

e através de seus limites territoriais, refletindo tanto os desafios históricos quanto as novas dinâmicas globais.

De acordo com o gráfico a seguir (Figura 2), elaborado e sintetizado pela *Unidad de Análisis Migratorio en base a datos de ONU - DAES* e pela *Plataforma de Coordinación Interagencial para Migrantes y Refugiados de Venezuela*, disponibilizado no *Portal de Datos Mundiales sobre la Migración* e interpretado pela autora, no ano de 2020 a América do Sul contava com mais de 17 milhões de emigrantes e mais de 10 milhões de imigrantes e possui como característica três aspectos: a chamada *inmigración de ultramar* (migração para outro continente), a migração inter-regional e a emigração para países desenvolvidos.

Figura 2 - Datos migratorios en américa del sur



Fonte: IOM, 2020

Ainda, tal material destaca os cinco países com maior número de emigrantes, sendo eles, em ordem decrescente, a Venezuela, com mais de 5 milhões, a Colômbia com 3 milhões, o Brasil, com aproximadamente 2 milhões, o Peru com 1,5 milhões e por fim, o Equador, com pouco mais de 1,1 milhões de emigrantes. Dentre os países da América do Sul, a Argentina se destaca por ser o país com maior número de imigrantes latinos, totalizando mais de 2,2 milhões no ano de 2020.

Assim como na América Latina, os processos migratórios fazem parte da história brasileira desde o período colonial, quando os portugueses migraram para o Brasil. Apesar de os destinos mais recorrentes serem países industrializados e considerados avançados economicamente, o Brasil está entre as principais regiões do mundo que recebe imigrantes internacionais nos dias de hoje.

No Brasil, a Lei 13.445/2017, conhecida como Lei de Migração, estabelece os direitos e deveres do migrante e do visitante no território nacional, além de regulamentar a entrada, a permanência, a saída e a repatriação de imigrantes. Essa lei substituiu o Estatuto do Estrangeiro de 1980, adotando uma perspectiva mais inclusiva e alinhada aos direitos humanos, assegurando o respeito à igualdade de tratamento e à dignidade da pessoa migrante. Entre suas inovações, estão a regulamentação da concessão de vistos, residência e naturalização, além da definição de políticas públicas para a promoção da integração social e cultural dos imigrantes. A lei também prevê a criação de instrumentos para proteção dos direitos dos migrantes em situação de vulnerabilidade. (Brasil, 2017).

No contexto dos imigrantes em situação de rua no Brasil, o diagnóstico realizado pelo Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania, publicado em agosto de 2023 e com base em sistemas integrados (como o Cadastro Único para Programas Sociais - CadÚnico, o Censo SUAS e o Sistema de Informação em Saúde para a Atenção Básica - SISAB), revela que as nacionalidades predominantes seguem um padrão similar ao observado na população geral de imigrantes. Dos imigrantes em situação de rua, 54% são originários da América do Sul, com destaque para os venezuelanos, que representam 43% desse grupo.

Em seguida, estão os angolanos, que correspondem a 23%, e os afegãos, que somam 11% do total (Brasil, 2023).

Dentro desse cenário, o fenômeno da migração na capital gaúcha se expressa de diversas formas, refletindo tanto as dinâmicas e tendências globais, quanto as regionais. A cidade, como um importante centro urbano e econômico do sul do Brasil, atrai imigrantes de diferentes nacionalidades e regiões, inclusive de países vizinhos da América Latina, e de outros continentes, como a África e a Ásia.

Atribuímos também, o aumento no número de imigrantes em Porto Alegre, a Operação Acolhida, que, ao direcionar venezuelanos para diferentes regiões do país, inclui Porto Alegre como um dos destinos de interiorização. A Operação Acolhida, iniciativa liderada pelo governo federal em parceria com agências internacionais e organizações da sociedade civil, busca oferecer assistência humanitária e promover a integração socioeconômica dos migrantes e refugiados venezuelanos no Brasil. Embora tenha um impacto positivo ao proporcionar acesso a serviços básicos e oportunidades, a operação também revela desafios, como a sobrecarga nos serviços de assistência social e a dificuldade de inserção dos migrantes no mercado de trabalho local.

Esse processo reflete as complexidades de gerenciar a migração em grandes centros urbanos, onde as políticas públicas nem sempre acompanham o crescimento das demandas. Em Porto Alegre, observamos a necessidade de ampliar e fortalecer as redes de apoio voltadas aos imigrantes, especialmente aqueles em situação de rua, para garantir a efetiva promoção de seus direitos e uma integração mais digna e inclusiva.

## **2.2.Percurso até as ruas e instituições de acolhimento**

Após explorar os conceitos que envolvem os processos migratórios em contextos globais, latino-americanos, nacionais e municipais, se faz necessário relacionar as consequências desses movimentos com uma realidade crescente: a situação dos imigrantes que, na busca por um lar em Porto Alegre, encontram-se vivendo nas ruas. As dinâmicas migratórias que impactam o mundo e a América Latina se refletem diretamente nas cidades brasileiras, onde fatores como a desigualdade social, a falta de acesso a direitos básicos e o desmonte

progressivo de políticas públicas de acolhimento acabam, muitas vezes, por relegar esses indivíduos à marginalidade urbana. Em Porto Alegre, essa situação torna-se ainda mais visível e alarmante, exigindo uma análise aprofundada sobre as condições de vida desses imigrantes e os desafios que enfrentam ao tentar se estabelecer em um novo país.

Nessa perspectiva, população em situação de rua (PSR) é “definida como um grupo populacional heterogêneo, que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular” (Brasil, 2023). Apesar de todos vivenciarem alguma das expressões da questão social que se fazem comum para quem está em situação de rua, pesquisas apontam que, em cada recorte desse grande e diverso grupo, há particularidades, estudadas por Sicari e Zanella (2018), as quais embasam toda esta seção.

Ao investigar pessoas idosas em situação de rua, Bueno (2013) observou que o consumo excessivo de álcool, a falta de recursos financeiros, a autodeclaração de algum tipo de doença e a sensação de envelhecimento precoce antes dos 60 anos eram recorrentes. Além disso, observamos, a partir do campo de estágio, diferentes entraves para a superação da situação de rua, como a dificuldade em se recolocar no mercado de trabalho e a saúde debilitada.

Rodrigues (2009), em suas análises, constatou que a proporção de mulheres em situação de rua é de duas para cada dez homens, abrangendo diversas faixas etárias, o que justifica o número de vagas (que será informado a seguir) oferecidas para mulheres no albergue Acolher 2<sup>3</sup>. Os fatores predominantes que levam as mulheres a viverem nas ruas são a violência doméstica, dificuldades financeiras e o rompimento de laços sociais.

Uma vez nas ruas, essas mulheres também enfrentam a violência relacionada ao tráfico de drogas, à repressão policial e estatal, à disputa por território e à violência de gênero. Tendo em vista essas questões, usuárias do gênero feminino têm prioridade de acesso a casa, conforme previsto no Projeto Técnico Albergue, que define todo o funcionamento operacional e organizacional dos albergues em Porto Alegre, já que os mesmos não estão presentes na

---

<sup>3</sup> O albergue Acolher 2 foi o local de experiência de estágio da autora, embasando de forma prática o presente trabalho e que será apresentado com mais detalhes no capítulo IV.

Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, pois são considerados serviços e proteção especial emergencial (FASC, 2019).

Outro grupo frequentemente pesquisado está assentado na intersecção de pessoas em situação de rua e usuárias de substâncias psicoativas (SPAs), especificamente ao uso de crack. Alles (2010) identificou que a situação de rua está associada, predominantemente, ao uso dessa SPA, condição social atrelada a fatores como: ausência de regras e normas sociais; núcleo familiar violento em que há pouco afeto e diálogo; baixa renda e desemprego.

O fator relacionado à (ausência de) trabalho, emprego e renda se mostra uma expressão da questão social<sup>4</sup> transversal a todos os recortes. Tal fenômeno está intimamente ligado às desigualdades socioeconômicas e às condições estruturais da sociedade, tendo em vista que muitos daqueles que tentam inserção no mercado de trabalho ainda esbarram em preconceitos, falta de endereço fixo e/ou falta de documentação exigida.

Para enfrentar a situação de vulnerabilidade socioeconômica, a capital gaúcha conta com uma rede de atenção à PSR e imigrantes, composta por diversas instituições e serviços que desempenham papéis essenciais na divulgação de informações, orientações, atendimento e acesso a direitos básicos. Dentre elas destacam-se o Centro Ítalo Brasileiro de Assistência e Instrução às Migrações (CIBAI); os Centros de Referência Especializado para População em Situação de Rua (Centro Pop); os restaurantes populares (Prato Alegre); o Serviço Jesuíta a Migrantes e Refugiados (SJMR); o Serviço de Acolhida e Orientação ao Migrante, localizado na Rodoviária de Porto Alegre; a EPA (Escola Porto Alegre) e a Unidade de Saúde Santa Marta.

Ainda, há três albergues pertencentes ao terceiro setor<sup>5</sup> destinados a população autodeclarada<sup>6</sup> em situação de rua, conveniados com a Fundação de Assistência Social e Cidadania (FASC), sendo um deles do Instituto Espírita Dias da Cruz e os demais a Associação Beneficente Projeto Restaurar (Albergue

---

<sup>4</sup> É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção mais além da caridade e repressão (Carvalho e Lamamoto, 1983, p.77). Discutiremos no capítulo IV.

<sup>5</sup> São pertencentes ao terceiro setor por conta da sua natureza privada, devido a origem, mas de interesse público, por conta do serviço prestado.

<sup>6</sup> Consideramos uma “autodeclaração” pois não é feita uma verificação da veracidade da situação em que se encontra, como acontece para o recebimento de BPC, por exemplo

Acolher 1 e Albergue Acolher 2). O acesso acontece de forma espontânea, através de indicações de outros usuários, encaminhamentos da rede socioassistencial supracitada ou abordagem social noturna, que tem o papel de identificar pessoas em situação de rua nos espaços públicos, quando acionados via telefone (156 (opção 7) / (51) 3289-4994) ou durante ronda, e as leva, se assim estas quiserem, para espaços de acolhimento temporário, como os Albergues.

No que se refere ao Albergue Acolher 2, o espaço oferece vagas para 75 pessoas por noite, sendo 10 vagas femininas (9 permanentes<sup>7</sup> e 1 destinada para abordagem social noturna), 5 para o público LGBTQI+ (4 permanentes e 1 destinada à abordagem social noturna<sup>8</sup>) e 60 para o público masculino (57 permanentes e 3 destinadas para abordagem social noturna). Isso porque, de acordo com a Pesquisa Nacional da População em Situação de Rua, realizada entre agosto de 2007 e março de 2008 pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, em 71 cidades do país (23 capitais e 48 municípios com mais de 300 mil habitantes), foram identificadas 31.922 pessoas em situação de rua maiores de 18 anos. Dessas, 82% são do sexo masculino (Brasil, 2009).

A unidade -“Acolher 2”- está situada no bairro Floresta, pertencente à Região 16 - Subprefeitura Centro do Orçamento Participativo de Porto Alegre. Sua localização geográfica é estratégica e proposital<sup>9</sup>, visto que há presente, nos arredores da instituição, serviços importantes que compõem a rede socioassistencial (Figura 3). Na sequência, elaboramos uma representação gráfica, para ilustrar a proximidade entre os serviços:

---

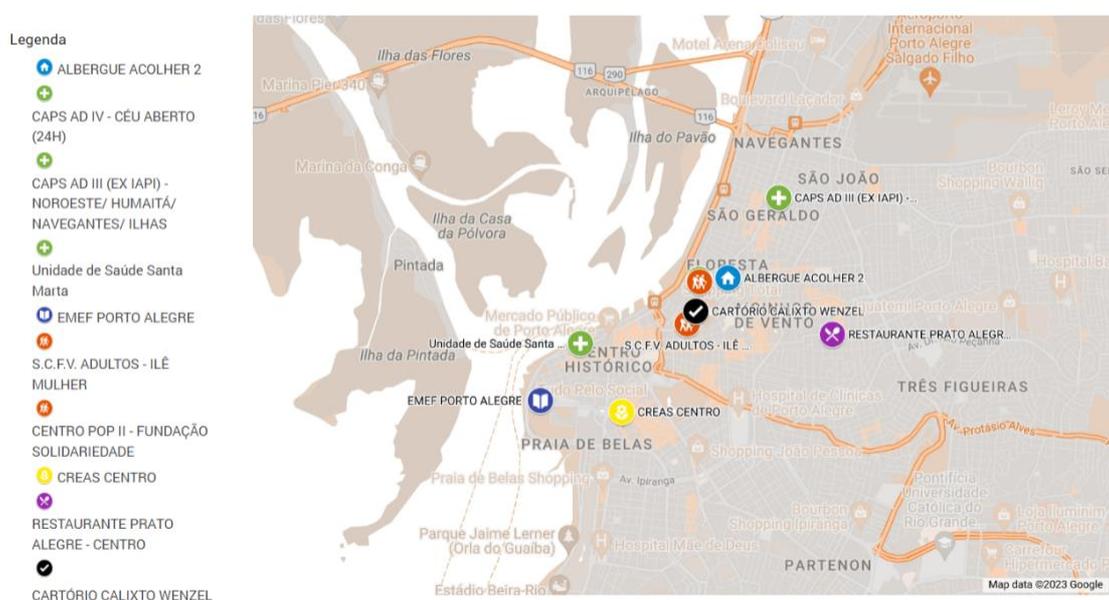
<sup>7</sup> Vagas que poderão ser utilizadas pelo prazo máximo de 15 dias pelo usuário.

<sup>8</sup> Vaga que pode ser utilizada somente naquela noite pelo usuário.

<sup>9</sup> Foi exigido, no Projeto Técnico Albergue (FASC, 2019) que a primeira unidade do Albergue devia estar nos bairros Centro, Floresta ou São Geraldo.

Figura 3 - Rede Socioassistencial bairro Floresta

## Serviços da Rede - Floresta



Fonte: Autora

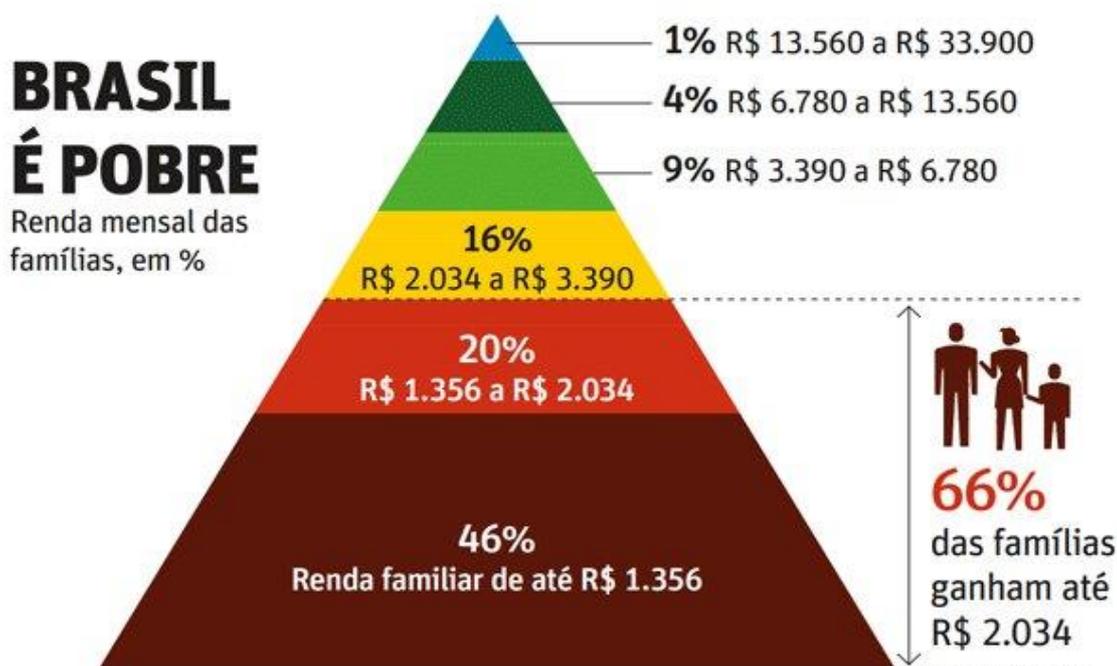
O Bairro Floresta situa-se nas proximidades da Estação Rodoviária de Porto Alegre, sendo um importante ponto de entrada de imigrantes. Além disso, esse espaço é frequentado pela maior parte dos usuários do Albergue durante o dia (e/ou à noite, quando não conseguem acolhimento por falta de vagas). Essa região tem característica a drogadição e a prostituição em vias importantes, como na Avenida Farrapos e na Rua Voluntários da Pátria. Nas adjacências do território em questão, temos o bairro Moinhos de Vento, o qual possui o terceiro metro quadrado mais caro da Capital (Weber, 2022).

O fato de estar entre contextos sociais opostos, traz particularidades e dinâmicas únicas ao espaço. O bairro Floresta possui um IDHM (Índice de Desenvolvimento Humano Municipal) de 0,866 (maior que o de Porto Alegre), um Índice de Vulnerabilidade Social de 0,231 (menor que o de Porto Alegre) e um rendimento médio dos responsáveis por domicílio de 5,96 salários-mínimos (PROCEMPA, 2010). No entanto, destacamos que os dados encontrados possuem mais de quatorze anos, podendo não corresponder a realidade atual, após a pandemia da Covid-19 e das enchentes que assolaram a cidade em 2024.

Esses dados, na época em que foram coletados, nos mostram que, ao menos o provedor principal de cada família, está entre os 9% da população

brasileira que recebem entre R\$3.390,00 a R\$6,780,00, de acordo com a Pirâmide Salarial a seguir (Figura 4):

Figura 4 - Pirâmide de renda média brasileira (Renda mensal das famílias, em %)



Fonte: Datafolha/nov.2013. Obs.: A soma não chega a 100% pois parte dos entrevistados se nega a declarar a renda

Fonte: Canzian, 2015

Ou seja, no bairro Floresta predominam integrantes da classe média<sup>10</sup> da capital. Nesse cenário, observamos o impacto do Albergue na região, mais precisamente na rua e arredores onde se localiza: Rua Sete de Abril. Desde sua inauguração, há uma grande pressão da vizinhança para a não manutenção do serviço naquele endereço, cujas reivindicações são diversas, como, por exemplo: usuários afastam clientes do comércio local; sujeira nas calçadas; mal odor; aumento da violência; tráfico; e, prostituição. Revela, destarte, o preconceito e as barreiras vivenciadas diariamente por essa população (PSR) invisibilizada.

A partir dos atendimentos realizados, foi possível compreender o percurso dos imigrantes que chegam a Porto Alegre e acabam em situação de rua, enfrentando as violências presentes nesse contexto. Muitos deles estão de passagem, com destino a outras capitais, como Florianópolis e São Paulo. A

<sup>10</sup> Classe C, de "central", entre as classes A, B, D e E. Está compreendida entre R\$ 2.004,00 e R\$ 8.640,00 com uma renda média de R\$ 4.912,00 a preços de janeiro de 2014 (NERI, 2019).

chegada a Porto Alegre ocorre, frequentemente, por indicação da rede socioassistencial de outros municípios, devido à estrutura de apoio relativamente maior para pessoas em situação de rua em comparação ao interior.

Quando chegam via Estação Rodoviária de Porto Alegre, é comum que sejam acolhidos pelo Serviço de Acolhida e Orientação ao Migrante, conduzido pelas Irmãs Missionárias de São Carlos Borromeo – Scalabrinianas. Desde 1999, esse serviço opera em uma sala cedida pelo Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem (DAER) e pela Concessionária da Estação Rodoviária de Porto Alegre (VEPPO). Após o primeiro acolhimento, os imigrantes são encaminhados ao CIBAI para acompanhamento, e, caso não possuam onde ficar, para albergues, como o Acolher 2.

Durante os atendimentos, constatamos que a maioria dos imigrantes que chegam sem um local para permanecer não está sozinha. São comuns os casos de casais, irmãos, pais e filhos ou amigos que decidiram juntos buscar uma nova vida em outro país. Essa característica contrasta com o perfil predominante de pessoas em situação de rua, marcado por vínculos familiares e sociais rompidos. No caso dos imigrantes, alguns vínculos permanecem e os acompanham nas ruas, embora nem todos resistam ao tempo e às adversidades, como ilustrado em um relato registrado no Diário de Campo:

[...] notei que o Cardón Guajiro<sup>11</sup>, argentino, estava alterado. Perguntei o que houve e ele mencionou que a mãe (Carqueja, também estava no albergue) voltou para a Argentina e não havia dado notícias desde então. Por conta da preocupação e da saudade, ele relatou ter bebido cachaça. Falei sobre as regras e tentei pensar em alternativas com ele para tranquilizá-lo, mas a compreensão dele estava reduzida devido o álcool (Saldaña, 2023a, p.51).

Na situação descrita acima, Cardón Guajiro perdera, talvez, a única fonte de confiança e segurança que possuía em um lugar desconhecido. Esse episódio ilustra o quanto a manutenção dos vínculos pode ser fundamental para

---

<sup>11</sup> Utilizaremos nomes de plantas xerófitas e pirófitas para designar os usuários atendidos, devido às características simbólicas dessas espécies em sobreviver em condições adversas. As plantas xerófitas, conhecidas por suas adaptações que permitem a sobrevivência em ambientes áridos e de solos pobres, exemplificam a resistência em meio à escassez de recursos. Já as plantas pirófitas, tem como característica a capacidade de adaptação a condições extremas, como altas temperaturas ou até ao fogo, demonstrando resiliência apesar do contexto em que vive.

os imigrantes, especialmente em contextos de extrema vulnerabilidade, como a situação de rua.

A ruptura ou o enfraquecimento desses laços, mesmo que temporários, tende a agravar o sofrimento emocional e as dificuldades práticas enfrentadas por esse grupo. A preocupação com o bem-estar da mãe, somada à ausência de notícias, exemplifica como as experiências de deslocamento e solidão podem afetar profundamente a saúde mental e as ações cotidianas. Nesse caso, o consumo de álcool parece surgir como uma tentativa de aliviar o sofrimento, mas acaba por dificultar ainda mais a busca por soluções e a adesão às orientações dos serviços socioassistenciais.

Ainda, percebíamos a frustração de muitos imigrantes ao se depararem com uma realidade muito diferente das expectativas que traziam consigo. A dificuldade em encontrar emprego, o acesso limitado à moradia e as barreiras impostas pelo racismo e pela xenofobia emergem como obstáculos frequentes. Essas experiências são intensamente reveladas no desabafo de Eryngium:

Me robaron dos veces, dos veces, en cuatro días. [...] Allí en la plaza, ahora ni siquiera tengo un documento. Ustedes [os brasileiros] tienen prejuicios contra los inmigrantes que llegan, dicen que les vamos a robar, pero ustedes son los que me robaron a mí (Saldaña, 2023a, p. 21).

A fala do usuário traduz uma mistura de dor, indignação e desesperança. Ele não apenas denuncia a violência que sofreu, mas também expõe a contradição dos estereótipos xenofóbicos que frequentemente recaem sobre os imigrantes. Essa experiência pode fragilizar sua confiança no novo ambiente, bem como comprometer sua capacidade de se reorganizar e construir uma nova trajetória, dificultando o estabelecimento de um diálogo que possibilite a identificação de suas necessidades e desejos.

Há ainda aqueles que veem as os benefícios e as possibilidades de atenção ofertados pela rede socioassistencial como benesse, ferindo-os moralmente, conforme traz Espinillo: “No necesito esto [auxílio], trabajaremos y lo lograremos” (Saldaña, 2023a, p. 25).

Essas passagens evidenciam as particularidades desse grupo e revelam como as percepções individuais e coletivas influenciam suas relações com o território, com a rede de proteção social e com sua própria condição de

vulnerabilidade. A fala de Espinillo parece refletir um sentimento comum entre muitos imigrantes: a objeção em aceitar a assistência como forma de sobrevivência, muitas vezes associada a uma percepção de dependência ou fracasso. Mesmo ao acessar os serviços, muitos imigrantes enfrentam o peso de estigmas sociais, que associam a assistência social à dependência e à falta de mérito. Como observa Couto (2015)

[...] o preconceito em relação à 'dependência' que o benefício assistencial cria no cidadão que a ele precisa recorrer vem acompanhado, não raro, da ideia associada a vagabundagem, displicência e falta de empenho. Retomam-se aqui as antigas formas de julgar os sujeitos que, por suas condições, não conseguem sobreviver, atomizando-os e descolando do coletivo e da análise das condições da sociedade capitalista” (Couto, 2015, p. 669).

Tal compreensão também pode estar relacionada a valores culturais, à experiência prévia de vida, já que a maioria dos países da América Latina não possuem um sistema de proteção social tão robusto, e à expectativa de alcançar uma integração plena por meio do trabalho e do esforço pessoal, reproduzindo um discurso meritocrata que recai sobre pessoas em situação de vulnerabilidade, principalmente sobre aquelas que se encontram em situação de rua.

Por outro lado, a dificuldade de acessar direitos e oportunidades pode intensificar o sentimento de exclusão e de inadequação, reforçando a marginalização que já enfrentam. Esses desafios apontam para a necessidade de um trabalho socioassistencial que vá além da simples oferta de serviços, focando na construção de vínculos de confiança, no reconhecimento das potencialidades individuais e na valorização de suas histórias e perspectivas. Isso exige do Serviço Social um olhar sensível às dimensões culturais, políticas e subjetivas que atravessam a experiência migratória, buscando construir caminhos que promovam a emancipação e a dignidade desses sujeitos em situação de rua.

### 3.CAPITALISMO E A PRODUÇÃO DAS DESIGUALDADES

*"solo quiero tener una vida normal, tener trabajo, una casa, solo"* (Espinillo)

Partindo do entendimento que o capitalismo, em sua essência, promove a concentração de riqueza, criando uma dinâmica na qual as desigualdades sociais, econômicas e políticas consubstanciam-se, neste capítulo discutiremos como esse sistema, associado/articulado/vinculado ao conceito de necropolítica, atravessa as dinâmicas de migração e o percurso de imigrantes até a situação de rua.

Nesse sistema, o acúmulo de capital por uma minoria depende da exploração e da privação de muitos. Karl Marx, ao analisar esse fenômeno, destacou que o capitalismo baseia-se na mais-valia, onde o trabalho do proletariado é apropriado pela classe dominante para gerar lucros cada vez maiores. O aumento acúmulo da de riquezas nas mãos de poucos tem como contrapartida o empobrecimento da maioria, tornando as desigualdades uma condição estrutural desse modelo econômico.

Com esse olhar, abordaremos como a lógica de acumulação, ao perpetuar a disparidade entre ricos e pobres, intensifica a exclusão social e a vulnerabilidade de milhões de pessoas ao redor do mundo. Nessa esteira, faremos uma relação com o conceito de necropolítica, definido por Achille Mbembe.

#### 3.1.O capitalismo e suas formas de reinvenção

Há séculos, o capitalismo, sua manutenção e expansão é estudado por diversos autores. O crescimento do capital está diretamente relacionado ao acúmulo de riquezas para aqueles que detêm dos meios de produção e ao aumento da pobreza para a classe trabalhadora que “[...] apesar de se esfalfar, só tem para vender a própria força de trabalho, enquanto cresce continuamente a riqueza de poucos, embora tenham esses poucos parado de trabalhar há muito tempo” (Marx, 1989, p. 829).

A cada crise, o capitalismo se fortalece e se reinventa, criando e ressignificando formas de fetichizar o capital e gerando lucro para quem detém o poder. Em matéria publicada pela OXFAM, no ano de 2022, os dados

evidenciam que, em um lado, as dez pessoas mais ricas do mundo mais que dobraram seu acúmulo de capital, passando de US\$700 bilhões para US\$1,5 trilhão durante os dois primeiros anos da pandemia de Covid-19 (2020-2021), representando o equivalente a US\$15mil por segundo, ou US\$1,3 bilhão ao dia. Na outra face, mais de 160 milhões de pessoas foram condenadas à pobreza e a renda de 99% da humanidade caiu (OXFAM, 2022).

Esse padrão se repete no Brasil, onde cinquenta e cinco (55) pessoas acumulam uma riqueza total de US\$ 176 bilhões. Desde o início da pandemia em março de 2020, o país ganhou 10 novos bilionários. Durante esse período, a riqueza dos bilionários cresceu 30%, o equivalente a US\$ 39,6 bilhões, enquanto 90% da população brasileira sofreu uma redução de 0,2% em sua renda entre 2019 e 2021. Os 20 maiores bilionários do Brasil possuem juntos um montante de US\$ 121 bilhões, valor superior ao patrimônio de 128 milhões de brasileiros, o que representa 60% da população (OXFAM, 2022).

A amplificação das desigualdades se reflete diretamente no modo e qualidade de vida dos sujeitos, que passam, muitas vezes, a não ter acesso ao mínimo para prover sua subsistência. Nos Manuscritos de Paris (1844), Marx pontua que a necessidade humana mais básica é a preservação da própria vida, o que requer suprimentos essenciais como alimentação, bebida, vestuário e moradia. Ele também argumenta que o desenvolvimento das forças produtivas, bem como o progresso resultante dessa dinâmica, leva ao surgimento de novas necessidades ao longo do tempo.

O acúmulo de riqueza por poucos e o empobrecimento de milhões evidencia como esse sistema empurra os mais vulneráveis para as margens da sociedade, ceifando as possibilidades de uma vida digna e levando muitos a situação de rua, onde a desigualdade é extrema e a falta de acesso às condições mínimas de sobrevivência se agrava. Dessa forma, a lógica de acumulação do capital intensifica a exclusão social e coloca em risco a própria existência de milhões de pessoas.

O relatório intitulado "Desigualdade Mata", divulgado pela Oxfam antes do Fórum Econômico Mundial em Davos (Suíça)<sup>12</sup>, aponta que as desigualdades

---

<sup>12</sup> A conferência de Davos é a reunião anual do Fórum Econômico Mundial, uma organização dedicada à cooperação **público-privada**, que discute temas mundiais, econômicos e sociais, envolvendo líderes políticos, empresariais, culturais e outros.

contribuem para a morte de, ao menos, 21 mil pessoas por dia, o que corresponde a uma morte a cada quatro segundos. Esse dado, considerado uma estimativa conservadora, reflete as mortes resultantes da falta de acesso à saúde pública, da violência de gênero, da fome e das mudanças climáticas em escala global.

Inferimos que, possivelmente, dentre essas pessoas que perderam a vida, um grande grupo seja composto por pessoas em situação de rua, considerando a desigualdade extrema e a falta de acessos supracitados. No Brasil, há mais de 48.600 casos de violência registrados no Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN), do Ministério da Saúde, cuja motivação principal foi a condição de situação de rua da vítima, representando uma média de 17 notificações por dia<sup>13</sup> (Brasil, 2023).

Nessa perspectiva, tal cenário tende a se intensificar quando trabalhamos com imigrantes. Sabemos que boa parte desses sujeitos, especialmente os africanos e os latino-americanos, ao chegar à solo brasileiro, são marginalizados por si só. Todavia, a situação se agrava quando passam a viver nas ruas desse novo lugar desconhecido e repleto de preconceitos e barreiras, sejam elas institucionais, legais, culturais ou comunicacionais.

Essa leitura é fruto da nossa experiência de estágio (realizado no Albergue Acolher 2), onde algumas situações vivenciadas evidenciaram esses obstáculos, chamando a atenção para a necessidade de qualificação dos profissionais que atuam na política de assistência social, visando um atendimento especializado para essa população. Nesse sentido, ao visitar o Diário de Campo, robustecemos o conhecimento construído por meio das nossas vivências, repensando-a a partir da bagagem adquirida durante o curso.

Dentre esses acontecimentos, destacam-se aqueles onde a comunicação e a orientação correta fez com que esses usuários do serviço de albergagem tivessem acesso a direitos que auxiliam na superação da situação de rua. O exemplo a seguir, registrado no Diário de Campo, ilustra uma dessas situações:

Realizei um atendimento com o Coronilla, que entrevistei no dia 21/04/2024. Ele precisava entrar no site da Receita Federal para agendar atendimento visando renovar seu RNE (Registro

---

<sup>13</sup> No caso das mulheres, mesmo sendo minoria nas ruas, (cerca de 13%), estas são vítimas de mais de 40% dos casos de violência notificados, pela mesma motivação.

Nacional de Estrangeiros), agora como permanente. Orientei onde poderiam ajudar (CIBAI e Centro Pop), mas ele mencionou não ter pressa e que poderíamos fazer outro dia. Ao entrar no site, era algo muito simples, não levou 3 minutos, mas era agora que não faziam (Assistentes Sociais ou estagiários) ali (Saldaña, 2023a, p.44).

Observamos que, ao acolher o usuário em sua língua materna, o vínculo entre ele e o profissional de Serviço Social se estabelece e cria a figura de referência no serviço.

Isso porque, nesse episódio, não se tratava de uma questão de falta de tempo ou de desinteresse, mas sim da natureza do serviço, que não era oferecido naquele local (no Albergue). No entanto, ao reconhecer o vínculo estabelecido, inclusive de confiança, e constatando que o usuário já possuía todas as informações e etapas necessárias para o agendamento, optamos por realizar o processo no mesmo instante. Foi, então, necessário agendar, por meio do *website*<sup>14</sup>, um horário junto à Receita Federal, o que, com o passo a passo previamente fornecido, não impactou nas outras demandas do Serviço Social.

A partir desse agendamento, o usuário, que já tinha conhecimento de seu direito, pôde acessá-lo. Essa etapa representou o primeiro passo fundamental para que ele estivesse em conformidade com as exigências das leis migratórias brasileiras, possibilitando ainda o exercício de atividades remuneradas de forma legal no Brasil. Tal documento também lhe permitiu o acesso a direitos essenciais, como o atendimento pelo SUS (Sistema Único de Saúde), o acesso à educação, a benefícios sociais e a possibilidade de contribuir para a previdência, facilitando sua integração na sociedade brasileira.

Inclusive, observamos que muitos dos imigrantes atendidos tiveram o primeiro contato com a rede socioassistencial de Porto Alegre para imigrantes e/ou para PSR no albergue. Essa demanda exigia uma clareza do Serviço Social para encaminhamentos e prioridades, passando pela legalização da situação como migrante no território nacional, acesso à saúde, instituições de apoio (Centro Pop, Prato Alegre, SINE - Sistema Nacional de Emprego), de ensino e moradia. Tal situação concretizou-se no atendimento do usuário Saguaro, oriundo do Uruguai, cuja trajetória passou por Pelotas -RS, onde perdeu todos

---

<sup>14</sup> Disponível em: <https://servicos.dpf.gov.br/agenda-web/formulario/2>

os seus documentos, sendo orientado a seguir tal roteiro para buscar estabilizar-se na nova morada, iniciando no CIBAI (Centro Ítalo Brasileiro de Assistência e Instrução às Migrações), onde passou a ser acompanhado.

No segundo acolhimento feito com o mesmo, ele menciona: “*Fuí adonde me dijiste, ¡yá tengo los papeles!*” (Saldaña, 2023a, p.50), referindo-se ao visto de imigrante, concedido inicialmente pelo período de quinze dias, mas já garantindo legalidade na estadia. Nesse atendimento, experienciamos o funcionamento da rede de assistência, com o albergue e uma instituição de apoio se fazendo presente, e logo, a de saúde, já que o visto permitiu que o mesmo conseguisse buscar atendimento médico para tratar um tumor ósseo, aumentando sua qualidade de vida e possibilitando um recomeço.

Ainda relacionado à construção de vínculos por meio da comunicação e da articulação em rede, acompanhamos o relato do usuário Yatago, acolhido em 15 de março de 2023. Ele precisava viajar até Florianópolis/SC, onde havia uma proposta de emprego, com o objetivo de enviar recursos financeiros para sua família e, posteriormente, trazê-los da Venezuela para o Brasil. Para isso, solicitou uma passagem de ônibus para o Serviço Social no albergue. Então, repassamos o pedido para o CREAS (Centro de Referência Especializado de Assistência Social), que o deferiu.

Assim, no dia 17 de março, informei pessoalmente sobre o sucesso da requisição e expliquei-lhe os procedimentos necessários para que pudesse embarcar. Ele, Ao deixar a sala, imediatamente telefonou para sua esposa, dizendo: “[...] *la chica que nos recibió tenía buenas noticias [...]*” (Saldaña, 2023a, p.10). O simples gesto de recebê-lo em seu idioma materno fez com que ele compartilhasse com a esposa o ocorrido e, logo, retomasse a lembrança da “*chica*”, trazendo a boa notícia para a sua família.

Apesar de muitos atendimentos apresentarem avanços significativos, alguns ainda refletiam as dificuldades e frustrações dos imigrantes ao tentar alcançar o que buscam em novos países, como foi o caso de Yucca e Espinillo, um casal de uruguaios. Em nosso primeiro contato, Espinillo mencionou que achava ter recusado uma oferta de emprego, pois não havia entendido o que foi dito, expressando sua frustração: “*solo quiero tener una vida normal, tener trabajo, una casa, solo*” (Saldaña, 2023a, p.21).

Assim, graças ao idioma e ao acolhimento, criamos um vínculo no decorrer dos nossos encontros, manifestado nos dizeres de S., que declarou: “*esperábamos mucho verte hoy*” (Saldaña, 2023a, p.25). O sentido da sua fala é o de que tinham dúvidas de como funcionavam alguns serviços, como educação, formas de contratação (Consolidação das Leis Trabalhistas - CLT, Pessoa Jurídica - PJ, informal e temporário - *bico/changa*) e até algumas palavras e pronúncias. Após as devidas orientações, mesmo necessitando esperar por algumas semanas, conseguiram obter o visto legal, permitindo que fossem contratados formalmente<sup>15</sup>.

Esse desabafo reflete a realidade de inúmeros imigrantes, agravada pela condição de estarem em situação de rua, prolongando ou até inviabilizando a estabilidade esperada. Em outro encontro, Espinillo, já sozinho, relata que Yucca precisou retornar ao Uruguai por conta da saúde debilitada da sua mãe e a dificuldade na adaptação, já que o emprego não deu certo. Com isso, acabaram rompendo o relacionamento. Tal situação demonstra como essa "previsão" de estabilidade pode ser alterada ou nunca se concretizar, expondo desafios ocultos presentes no processo de migração, como a saudade de casa, da família, do seu lugar<sup>16</sup>, somados às dificuldades de quem está em situação de rua, cuja característica principal, apontada no capítulo anterior, é a ausência ou fragilidade de vínculos familiares. No cenário do casal, esse vínculo suportou quase tudo, os desafios cotidianos, a fome, a incerteza do futuro, a insegurança do hoje, o desemprego, mas não a rua.

A dificuldade em se colocar, ou se recolocar, no mercado de trabalho, seja ele formal ou informal, é uma das formas expressas pelo capital, em seus processos de acumulação, de aumentar a população trabalhadora excedente, definida por Marx como:

[...] um produto necessário da acumulação ou do desenvolvimento da riqueza no sistema capitalista, ela se torna

---

<sup>15</sup> Dois dias depois, Espinillo conseguiu um emprego e anunciou que ficariam na casa somente por mais dois dias. Apesar da relação próxima, senti uma realização com a sua pequena conquista, o que me fez recordar que o Albergue precisa ser um meio para a superação da situação de rua, não podendo, e nem devendo, ser um fim (Saldaña, 2023a, p.28).

<sup>16</sup> Entendemos o lugar como “muito mais que o sentido geográfico de localização. Não se refere a objetos e atributos das localizações, mas a tipos de experiências e envolvimento com o mundo, a necessidade de raízes, de segurança” (Relph, 1979).

por sua vez a alavanca da acumulação capitalista, e mesmo condição de existência do modo de produção capitalista. Ela constitui um exército industrial de reserva disponível, que pertence ao capital de maneira tão absoluta como (Marx, 1989, p. 733).

O conceito de "exército industrial de reserva" ilustra como o capitalismo mantém uma camada de trabalhadores constantemente à disposição para absorver as demandas do mercado de trabalho, enquanto os submete a condições de vulnerabilidade. Tal exército não é apenas uma consequência do desenvolvimento capitalista, mas uma condição essencial para a manutenção do sistema, pois a existência de uma força de trabalho excedente se dá para controlar o poder de barganha dos trabalhadores empregados, pressionando os salários para baixo e mantendo a força de trabalho em constante competição e ameaça, sujeitando-se, muitas vezes, a condições precárias de trabalho e uma postura passiva frente os desmontes de direitos trabalhistas e previdenciários.

Dessa maneira, muitos trabalhadores, incluindo os imigrantes e as pessoas em situação de rua, são forçados a integrar essa massa sobrando. A dificuldade de acesso ao emprego formal ou à proteção social agrava ainda mais sua exclusão, tornando-os vulneráveis a condições de trabalho precarizadas ou mesmo à marginalização completa. Assim, o capital não apenas lucra com a exploração da força de trabalho ativa, mas também se beneficia da existência de um contingente de trabalhadores descartáveis que, em última análise, mantém o sistema funcionando e a desigualdade, inerente a ele, se perpetuando.

A nova face do capitalismo, o neoliberalismo, que visa a redução dos gastos públicos no intuito de reduzir impostos como forma de aliviar também a pressão da carga tributária sobre os lucros, contribui e remodela esse cenário, com a naturalização da pobreza e trazendo a flexibilização de leis trabalhistas, conquistadas, em um panorama histórico, recentemente. O processo neoliberal, iniciado na década de 1970, intensificou-se na América Latina no final dos anos 1980, utilizando como argumento a tese de falência do Estado e da incapacidade de gestão econômica, que, por conta disso, deveria transferir essa responsabilidade aos organismos internacionais.

Com a flexibilização da produção e das relações de trabalho; a desregulamentação das relações comerciais e dos circuitos financeiros e a

privatização do patrimônio estatal, o Brasil adere à agenda neoliberal. Dessa forma, iniciam-se as modificações da estrutura dos serviços públicos, ampliam-se as terceirizações, as substituições de empresas concentradas por pequenas empresas interligadas, com redução de trabalhadores e aumento da produção (Barbosa, 2015).

Esse movimento impactou diretamente o desenvolvimento e expansão das políticas públicas, que, até então, visavam a inclusão social e a redução da desigualdade. O encolhimento do Estado e o crescimento de iniciativas privadas no fornecimento de serviços essenciais fragilizaram ainda mais as redes de proteção social, tornando-as cada vez mais dependentes de ações do setor privado ou de parcerias público-privadas. A lógica da eficiência econômica, que orienta o neoliberalismo, também promoveu a precarização das condições de trabalho, com a eliminação de garantias trabalhistas e a crescente informalidade, exacerbando a exclusão de grupos subalternos, como a população em situação de rua e os imigrantes e aumentando os desafios para aqueles que lutam por reconhecimento e transformações, como o Serviço Social.

Além disso, a privatização de bens estatais, como recursos naturais e serviços públicos, como, por exemplo, a CEEE - Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica, em 2021, e a Sulgás - Companhia de Gás do Estado do Rio Grande do Sul, em 2022, aliena ainda mais a classe trabalhadora, que passa a ter menos acesso a direitos historicamente conquistados.

### **3.2.A necropolítica e a indiferença com a vida humana**

*“[...] em que circunstâncias é possível lamentar uma vida perdida? De quem são as vidas consideradas choráveis em nosso mundo público? Quais são essas vidas que, se perdidas, não serão consideradas em absoluto uma perda? É possível que algumas de nossas vidas sejam consideradas choráveis e outras não? [...]” (Taverna, 2020).*

O conceito de necropolítica foi cunhado pelo professor africano de História e Ciência Política Achille Mbembe, estudioso da escravidão, descolonização e negritude, publicado no ensaio *Necropolitics*, na revista *Raisons Politiques*, em 2003 e, posteriormente, como livro, em 2018. O autor apresenta uma reflexão

sobre o conceito de necropolítica praticada pelo Estado como “o poder e a capacidade de ditar quem pode viver e quem deve morrer” (Mbembe, 2018, p. 5). Dessa forma, compreendemos que a violência está intrinsecamente ligada à estrutura que organiza as relações sociais, sendo reproduzida no dia a dia de diversos grupos e, neste estudo em específico, no cotidiano da população negra.

Para a construção do conceito, Mbembe sustenta-se em dois dos conceitos criados pelo filósofo Michael Foucault: o de biopolítica, que é a força que regula grandes populações ou conjunto dos indivíduos a partir do controle da vida, diferentemente das práticas disciplinares utilizadas durante a antiguidade e a idade média que visavam governar apenas o indivíduo; e o biopoder, que se refere aos “dispositivos” e tecnologias de poder que administram e controlam as populações por meio de técnicas, conhecimentos e instituições.

Portanto, os biopoderes se ocupam da gestão da saúde, da alimentação, da higiene, da sexualidade, da natalidade, dos costumes, dentre outros, à medida que essas se tornaram preocupações políticas. A biopolítica trata do poder a partir do controle da vida e o que a tangencia. A necropolítica, por sua vez, é o poder de ditar quem pode viver e quem deve morrer, ou, ainda, de que forma se dará o percurso da vida até a morte desses que devem morrer, o que engloba o modo de vida que é imposto a esses sujeitos, as formas de sobrevivência e subsistência, condições de trabalho, moradia e acessos à direitos como um todo.

Mbembe (2018, p. 07) explica que, o conceito abarca as formas pelas quais, no mundo contemporâneo, existem estruturas com o objetivo de provocar a destruição de alguns grupos específicos. O autor trabalha a ideia associando-a ao racismo. Ainda assim, é possível pensá-la a partir de outros recortes da sociedade, como mulheres, pessoas em situação de rua e imigrantes. Ou seja, quanto mais vulnerável for determinado grupo, maior o desequilíbrio entre o poder da vida e da morte sobre ele.

Alguns discursos alimentados pela necropolítica, assim como pelo racismo estrutural e estruturante, podem fomentar o repúdio entre grupos, ao criarem um clima de medo, insegurança e precariedade. Termos como "desordem", "situações de emergência", "conflitos armados" ou "crises humanitárias" são utilizados para incitar tais sentimentos. Mbembe (2018) alerta para os perigos dos limites a que esses discursos podem levar na busca pela

resolução de conflitos, uma vez que podem estabelecer parâmetros de aceitabilidade para a violência e a morte. O autor exemplifica empregando o caso palestino, considerado uma forma contemporânea de ocupação colonial, onde o necropoder se manifesta de maneira particularmente intensa, ilustrando a articulação entre o poder disciplinar, biopolítico e necropolítico, ainda que não de forma absoluta.

Nesse sentido, pensando na adaptação do conceito para a realidade brasileira, Piza (2022) chama a atenção para o cuidado e entendimento correto no momento da leitura e interpretação do texto original, pois

O excesso de menções a esse conceito em referência a determinados governos como sendo “a necropolítica” criou uma falsa crença de que esse é um fenômeno novo entre nós, como se apenas nos últimos anos experimentássemos o campo da política como mundo de morte em território brasileiro ou como se o conceito se reduzisse à biopolítica – nada mais enganoso, nada mais reducionista (Piza, 2022, p.131).

Ou seja, embora o conceito seja novo, o fenômeno que o mesmo retrata e dá nome, é vivenciado no decorrer da história da construção da sociedade. Essa autora afirma que, além dos conceitos mobilizados por Mbembe, em especial o de biopolítica, filósofos e filósofas como Hannah Arendt, Foucault, Hegel, Heidegger, Bataille, Agamben, Elias Canetti e Fanon são utilizados no seu texto, recomendando as respectivas leituras, uma vez que suas teses e ponderações fazem parte da constituição do conceito de necropolítica.

A necropolítica também se manifesta em questões de saúde pública, como observado durante a pandemia, quando o conceito de genocídio foi associado a projetos necropolíticos (Santos, 2020). Em uma experiência vivenciada no campo de estágio e registrada no Diário de Campo, ficou evidente como essa lógica pode se infiltrar em diversos aparatos estatais e ser reproduzida por funcionários/servidores públicos que as representam.

No dia 28/04/2023, o usuário Pequi, sofrendo com uma hérnia inguinal rompida e sentindo dores agudas, solicitou ajuda antes da abertura do albergue, pedindo que ligássemos para o SAMU. Ao fazer a solicitação e informar a localização, a resposta foi que o atendimento demoraria devido à fila de espera. Ao repassar essa informação ao Assistente Social responsável, o mesmo instruiu a reforçar que se tratava de um pedido formal e que o

caso era grave. Ao questionar essa orientação, ele explicou que, ao mencionarmos que o chamado vem de um albergue, muitas vezes o socorro não é enviado ou priorizado, sugerindo que o preconceito em relação à população em situação de rua ou a desconfiança de trotes, frequentemente realizado por usuários sob o efeito de substâncias, poderiam ser fatores determinantes para essa resposta. O mesmo recebeu atendimento cerca de 25 minutos depois da ligação (Saldaña, 2023a, p. 45).

Ao analisarmos essa situação, entendemos que o pedido do usuário para que alguém da instituição realizasse a ligação representa uma forma de resistência, um "acesso forçado" a um serviço que deveria ser universal, mas que, em determinado momento, lhe foi negado. Situações semelhantes ocorrem na Abordagem Social Noturna, quando os usuários, com acesso a telefones/celulares, sabem que, se o pedido para abordagem partir deles, o atendimento não será prestado. Contudo, essas estratégias, embora eficazes no curto prazo, acabam prejudicando o avanço das políticas públicas, pois impedem que as contradições destas sejam expostas e incluídas na pauta de discussões, dificultando o aperfeiçoamento dos serviços e das políticas sociais, além de tornar o acesso ainda mais desigual para aqueles usuários que desconhecem essas estratégias.

Nesse mesmo dia, 28/04/2023, o Albergue Acolher 2 recebeu a visita do então prefeito Sebastião Mello, junto a sua equipe de assessoria e comunicação, para discutirem a realocação do espaço. Na saída deles, a vizinhança se reuniu no entorno cobrando um posicionamento, utilizando-se de argumentos carregados de preconceito e intolerância, como, por exemplo, o de que os usuários afastavam os clientes do comércio local; que havia muita sujeira nas calçadas e o mal odor era insuportável; e/ou, ainda, que a presença dos usuários refletia no aumento da violência, do tráfico de drogas e da prostituição. Essas "reivindicações" ocorreram em frente aos usuários, como se eles não estivessem ali, vendo, ouvindo, sentindo.

O referido acontecimento exemplifica a estreita ligação da necropolítica com questões de segurança pública, principalmente no que tange ao racismo, à ideia de eliminação de um inimigo e à marginalização das favelas. Esses pontos foram abordados por Rosane Borges em entrevista para a revista Ponte, transcrita e publicada por Mariana Ferrari (2019). As mesmas dinâmicas se refletem na população em situação de rua, como nas medidas adotadas pela

Prefeitura Municipal de Porto Alegre em 2023. Contrariando o discurso oficial, que alega o uso da Guarda Municipal para abordagens sociais, conforme divulgado por Leandro Rodrigues (2023), a atuação tem se mostrado voltada para uma lógica de higienização social e invisibilização, que associam esses indivíduos a uma ameaça à ordem e à limpeza urbana. Esse pensamento encontra respaldo histórico em ações que visam remover os chamados "indesejados" das áreas centrais das cidades, conforme destaca Igor Rodrigues (2015):

A política higienista, no tema examinado, é a que tem como pressuposto a percepção do morador de rua como lixo, entulho ou detrito que precisa ser eliminado para a limpeza da sociedade. No Brasil, ela está ancorada em profundas raízes de ordem histórica e política; torna-se notória, no entanto, no estado do Rio de Janeiro com as medidas sanitaristas de eliminação dos cortiços do centro da cidade e de medidas de profilaxia social (Rodrigues, 2015).

A associação dos moradores de rua com "detritos" ou "lixo" revela uma desumanização naturalizada na sociedade, na qual o indivíduo é reduzido à sua condição social, tornando mais aceitável a sua exclusão ou eliminação. A estratégia visa remover pessoas em situação de rua de "áreas indevidas", aos olhos da elite e dos turistas, como nos bairros Menino Deus e Cidade Baixa, deslocando-as para regiões periféricas da cidade, afastando-os dos serviços da rede e de seus territórios, dificultando a mobilidade. Essa prática contrasta com o trabalho da equipe de Abordagem Social, vinculada ao plano "Ação Rua", cujo foco é atender essas pessoas, verificando suas necessidades, orientando-as e oferecendo acolhimento em albergues, retirando o viés punitivo e respeitando a autonomia de escolha desses sujeitos.

Ainda nessa direção, recordamos dos seguintes questionamentos levantados por Judith Butler, em entrevista concedida a revista *El Pais* - Brasil:

[...] em que circunstâncias é possível lamentar uma vida perdida? De quem são as vidas consideradas choráveis em nosso mundo público? Quais são essas vidas que, se perdidas, não serão consideradas em absoluto uma perda? É possível que algumas de nossas vidas sejam consideradas choráveis e outras não? [...] me oponho à morte violenta; à morte por meio da violência humana; à morte resultante de ações humanas, institucionais ou políticas; à morte provocada por uma

negligência sistêmica por parte dos estados ou por modos de governança internacionais (Taverna, 2020, *online*).

Com viés semelhante, mas trazendo a perspectiva de quem vive essa realidade, o representante pastoral do grupo “Povo da Rua”, Nailson Nelo, comenta: “Às vezes a gente tem a impressão que até para morrer esse povo [em situação de rua] não é gente, e a gente precisa muito superar isso” (Lavor, 2020, *online*). Nelo aborda a triste realidade de muitas pessoas em situação de rua que, ao falecerem, acabam sendo enterradas como indigentes. Mesmo quando há companheiros ou amigos que tentam realizar o reconhecimento do corpo, o processo esbarra em questões burocráticas, como a falta de documentos que comprovem a identidade da pessoa falecida, o que torna esses reconhecimentos legalmente inválidos.

O reflexo da necropolítica nas ações do Estado e até mesmo das pessoas, nesse caso do/da Assistente Social, no seu dia a dia de trabalho está intimamente ligado ao poder, ao que se tem ou ao que gostaria de se ter. Nesse sentido, Paulo Freire (2005) é elucidativo: “quando a educação não é libertadora, o sonho do oprimido é ser opressor”, ponto que será discutido no próximo capítulo.

No albergue, pertencente ao terceiro setor, mas financiado pela Fundação de Assistência Social e Cidadania (FASC) de Porto Alegre, essas manifestações podiam ser identificadas na hora de permitir os acessos à casa, onde usuários ora eram impedidos por descumprimentos de regras, por vezes injustas, como o alcoolismo<sup>17</sup>, ora por vontade própria do responsável pelo plantão, expressando preferências, prioridades ou discriminações. Quando negamos a alguém um acesso que pode trazer segurança, mesmo que breve, alimentação adequada e acesso a higiene, condenamos a violência presente nas dinâmicas da rua, do tráfico, do preconceito, da revolta que nelas vivem.

---

<sup>17</sup> Desde 1967, o alcoolismo é considerado **doença** pela OMS. Todavia, o Estado, representado nesse contexto pela FASC, restringe o acesso a casa de usuários sob efeito de álcool, nos “Critérios de ingresso no albergue”, presente no Projeto Técnico Albergue, item “G” consta: “Usuários alcoolizados ou sob efeitos de outras substâncias psicoativas terão ingresso, desde que não apresentem riscos para si e demais usuários, bem como para a equipe de trabalho, mediante análise da equipe técnica e/ou Coordenação do serviço” (FASC, 2019).

#### **4. POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL: ESTRUTURA, DESAFIOS E TRABALHO DO/DA ASSISTENTE SOCIAL NO ACOLHIMENTO NOTURNO**

Há, na política de assistência social, uma base legal específica que garante a efetivação dos direitos sociais, dada a partir da Constituição Federal de 1988 (CF/88), onde o Estado passa a desempenhar um importante papel na construção do sistema de proteção social no Brasil. Dessa forma, é através da Política Nacional da Assistência Social (PNAS) e da Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social (NOB/SUAS), que se estrutura e regulamenta o Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Conseqüentemente, materializa-se, no texto da CF/88, e na Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), o reconhecimento da Assistência Social como política pública. Logo, a descentralização sucedeu com a finalidade de aprimoramento da Política de Assistência Social, sendo de responsabilidade de cada município aproximar-se do território para alcançar o maior número possível de indivíduos e famílias.

Na PNAS está prevista a seguridade social não contributiva, a gestão compartilhada e o controle social nas três esferas do poder público - Legislativo, Executivo e Judiciário. Sendo assim, a forma de gestão no sistema descentralizado deve ser participativa, conforme consta no capítulo III, artigo 6º da PNAS (Brasil, 2004), o que implica na participação popular e na autonomia da gestão municipal, potencializando a divisão de responsabilidades e o cofinanciamento entre as esferas de governo e a sociedade civil.

Destarte, nesse capítulo trataremos informações sobre a instituição onde realizamos o Estágio Obrigatório (I e II), pertencente à área de assistência social, e sobre os seus profissionais, destacando a relação do objeto do Serviço Social com as demandas e atribuições do/da assistente social no acolhimento noturno de pessoas em situação de rua. Apresentaremos também as condições de trabalho da equipe, considerando os desafios impostos pela política de assistência social e a precarização do setor, que impactam diretamente o trabalho socioassistencial. Serão abordados os mecanismos de atendimento e as estratégias desenvolvidas para a oferta do serviço, realçando as formas de interação entre a instituição e a rede socioassistencial.

#### **4.1. Associação Beneficente Projeto Restaurar: o trabalho e os trabalhadores**

Os Albergues são um exemplo da autonomia da gestão municipal prevista na PNAS, pois, diferentemente dos demais serviços de proteção especial presentes na Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, o serviço de albergagem não é previsto e, tampouco, obrigatório, sendo ofertado somente em cidades onde a ausência de moradia é um problema para um número significativo de pessoas, sob os critérios definidos por cada prefeitura.

A PNAS é uma política que desafia o assistente social no seu fazer profissional, o qual sofre as implicações das transformações societárias. Ou seja, é um trabalho,

[...] afetado pela insegurança do emprego, precárias formas de contratação, intensificação do trabalho, baixos salários, pressão pelo aumento da produtividade e de resultados imediatos, ausência de horizontes profissionais de mais longo prazo, falta de perspectivas de progressão e ascensão na carreira, ausência de políticas de qualificação e capacitação profissional, entre outros (Raichelis, 2010, p.758-759).

A autora evidencia como a precarização do trabalho impacta diretamente o exercício laboral dos assistentes sociais, refletindo as dificuldades enfrentadas no cotidiano da profissão. A insegurança no emprego, a falta de progressão na carreira e a pressão por resultados imediatos revelam uma realidade em que o profissional precisa lidar não apenas com as demandas da população atendida, mas também com a falta de condições adequadas de trabalho.

Esses desafios estruturais criam barreiras que dificultam a implementação efetiva das políticas públicas, como a PNAS, exigindo dos assistentes sociais estratégias inovadoras e resiliência para continuar garantindo o acesso a direitos e a proteção social, mesmo em um cenário de constante adversidade.

No processo de conhecimento do espaço sócio-ocupacional enfrentamos vários desafios. O primeiro, e talvez o mais importante, foi o de articular o processo de análise em conformidade com o movimento da história brasileira e com o contexto mundial. Dessa forma, as categorias historicidade e totalidade foram necessárias e estiveram presentes em nossas reflexões.

A instituição responsável pelo Albergue Acolher 2 é a Associação Beneficente Projeto Restaurar. Nessa perspectiva, iniciamos a análise identificando-a como de natureza privada, devido sua origem, mas de interesse público, por conta do serviço prestado, pertencendo, assim, ao Terceiro Setor econômico. No entanto, a maior parte dos recursos necessários para seu pleno funcionamento (pagamento de funcionários, aquisição de materiais e alimentos, despesas fixas, dentre outros) advém de uma parceria com a FASC, estabelecida via edital público, cujo tempo de contrato é de cinco anos, podendo ser prorrogado<sup>18</sup>.

Fundado em 1997<sup>19</sup>, por um grupo de empresários, o Projeto Restaurar, atualmente, é responsável por um abrigo em Viamão/RS, quatro casas-lares em Capão da Canoa/RS, dois albergues e uma República em Porto Alegre. A parceria com a Fundação de Assistência Social e Cidadania (FASC) iniciou em 2019, quando a presidente dessa, Vera Ponzio, propôs um plano de trabalho para a abertura de dois albergues em Porto Alegre que substituiriam ou deveriam substituir o Albergue Municipal, com o objetivo de parcerizar<sup>20</sup> os atendimentos à população em situação de rua.

Então, as 120 vagas do Albergue Municipal, que se localizava na Rua Comendador Azevedo, no bairro Floresta, foram redistribuídas para dois novos espaços: Albergue Acolher 01, na Rua Sete de Abril, no bairro Floresta; e, Albergue Acolher 2, na Av. Dr. João Simplício Alves de Carvalho, no bairro Vila Ipiranga. Assim, com um acréscimo de trinta vagas, essas instituições passaram a abrigar até 150 indivíduos (cerca 75 em cada). Estrategicamente, os albergues

---

<sup>18</sup> Essas parcerias mostram-se cada vez mais alinhadas ao projeto necropolítico e neoliberal do governo municipal atual, colocando em risco a vida da população atendida. Além dos albergues, as pousadas fazem parte da rede de acolhimento a população em situação de rua terceirizada pela prefeitura, administradas majoritariamente pela rede de pousadas "Garoa", cuja filial na avenida Farrapos foi cenário de um incêndio fatal em 2024, ceifando a vida de onze pessoas e deixando outras quinze, já em situação de vulnerabilidade externa, feridas. A causa do incêndio não foi divulgada, no entanto, o evento denunciou a ausência de PPCI do local (Plano de Prevenção e Proteção de Combate a Incêndio).

<sup>19</sup> A associação foi fundada por um grupo de empresários, através de mobilização a fim de arrecadar mantimentos e manter o então orfanato Lar Belém, localizado na cidade de Gravataí/RS, funcionando.

<sup>20</sup> O termo "parceirização" refere-se ao processo de estabelecer parcerias entre organizações públicas e privadas para a realização de atividades em conjunto, com o objetivo de ampliar a oferta dos serviços públicos.

estão localizados nas regiões Norte e Central da capital gaúcha, uma vez que concentram o maior número de pessoas em situação de rua (Saldaña, 2023b).

A partir das nossas observações, constatamos que o serviço oferecido é destinado à população autodeclarada em situação de rua. O acesso acontece de forma espontânea, seja por indicações de outros usuários, encaminhamentos da rede socioassistencial ou abordagem social noturna. Acolhem-se homens e mulheres, transexuais/travestis, idosos, PCDs e imigrantes, desde que tenham 18 anos ou mais, portem um documento oficial com foto, nacional ou internacional, ou registro (Boletim de Ocorrência) de perda/roubo e não apresentem sintomas de doenças infectocontagiosas, como COVID, Tuberculose, Sarna e Gripes. Durante o acesso e na lista de espera, mulheres, idosos, PCDs e pessoas pertencentes ao grupo LGBTQI+ possuem prioridade de entrada. Isso porque, é compreendido pela FASC e pelos profissionais do local, que estas pessoas estão em maior situação de risco na rua (FASC, 2019).

O Albergue Acolher 2 possui uma infraestrutura básica para garantir acomodação, higiene e alimentação para as pessoas que acessam a casa. O espaço é dividido em: entrada (Figura 5 e Figura 6), guarda-volumes, refeitório, banheiro para funcionários, banheiro para LGBTQI+<sup>21</sup>, banheiro masculino, banheiro feminino, sala da equipe técnica e coordenação (Figura 7), cozinha, sala de descanso para Educadores Sociais, quarto LGBTQI+ (térreo), quartos masculinos (2º andar, Figura 8) e quarto feminino (térreo).

Há alguns requisitos descritos no Projeto Técnico Albergue (FASC, 2019) que não são contemplados, como um “espaço coberto para os usuários aguardarem o ingresso no albergue” e um “estacionamento para carrinhos de reciclagem”. Esses recursos fazem-se ainda mais necessários com a chegada do inverno, pelas fortes chuvas e geadas que enfrentamos no horário dos acessos a casa e pela mudança na dinâmica do espaço, visto que, com a chegada do frio, os usuários costumam ser mais assíduos e a demanda reprimida<sup>22</sup> tende a aumentar por diminuir a rotatividade na casa (Saldaña, 2023b). Por não estarmos autorizadas a divulgar fotografias do albergue,

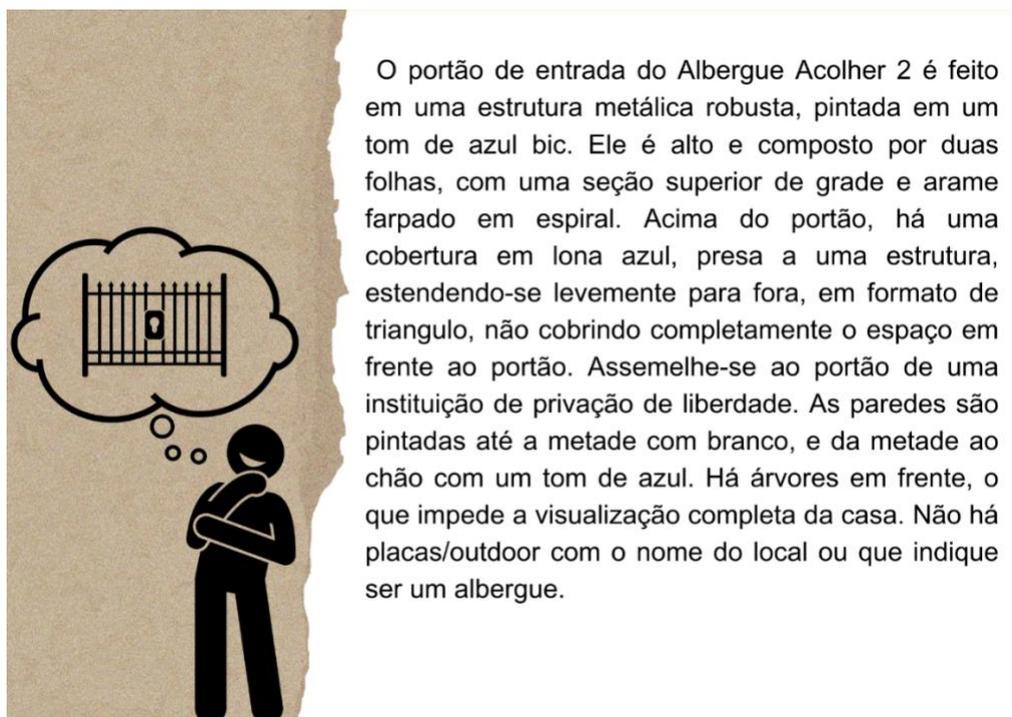
---

<sup>21</sup> Exigência de banheiro separado para população LGBTQI+ por parte do Projeto Técnico Albergue (FASC, 2019); Considerado como medida de segurança.

<sup>22</sup> Usuários que não conseguem acessar o Albergue por falta de vagas.

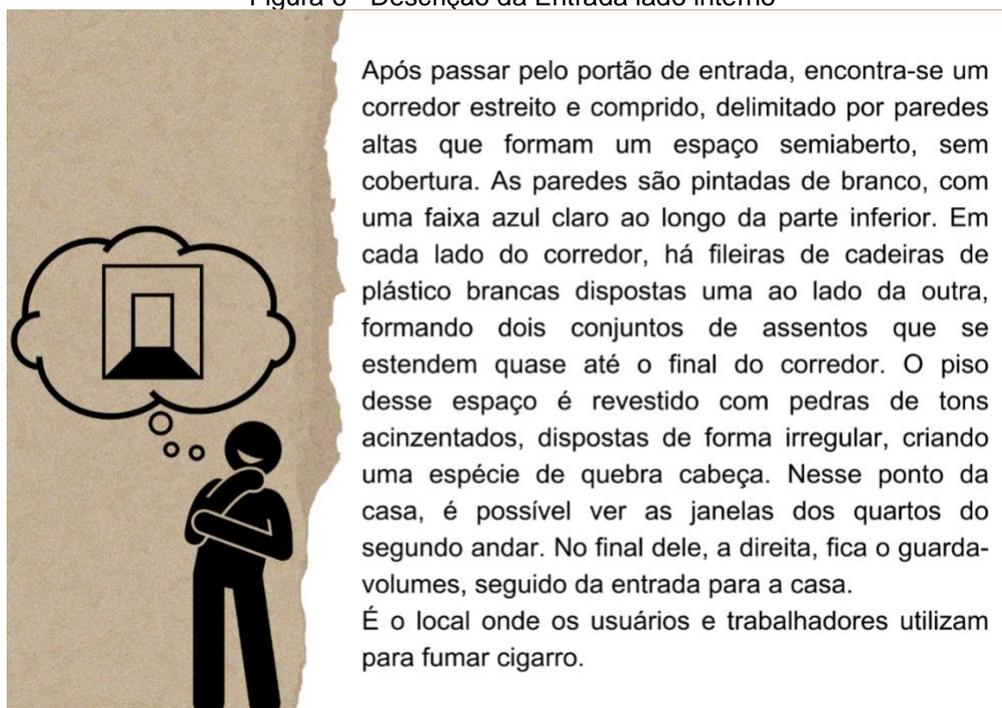
utilizamos a seguir o recurso do desenho ilustrando e descrevendo como é o espaço institucional.

Figura 5 - Descrição do Portão de Entrada



Fonte: Autora

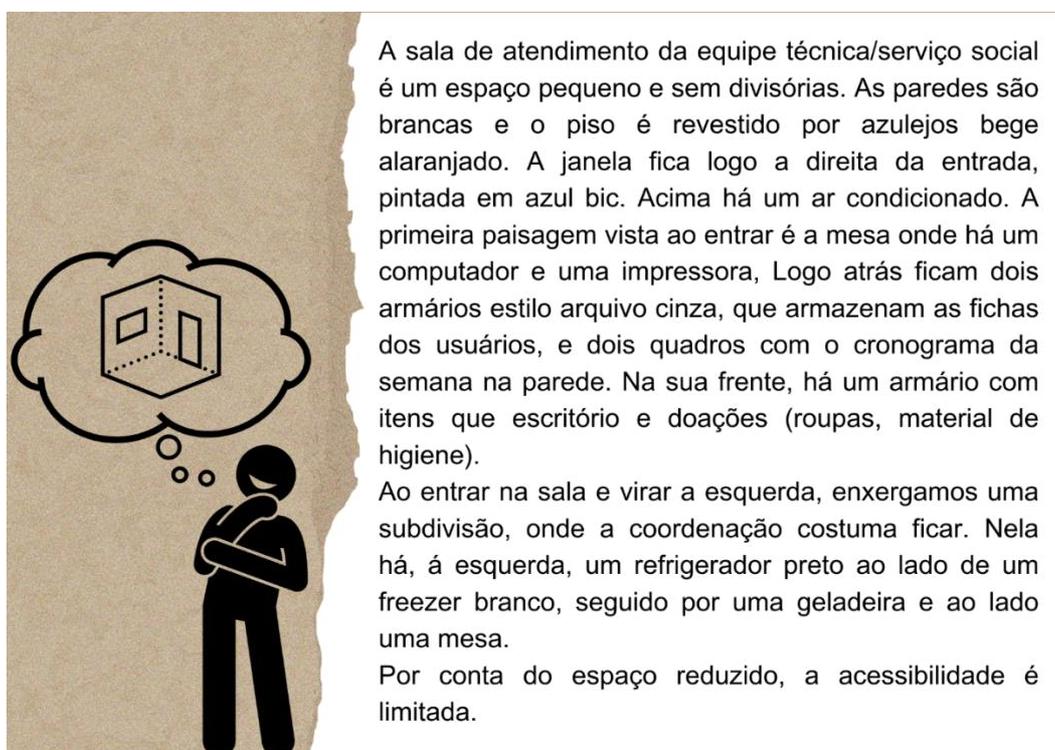
Figura 6 - Descrição da Entrada lado interno



Fonte: Autora

Além disso, está previsto “salas de atendimento individualizado em condições de privacidade e sigilo” (FASC, 2019), em consonância com o Código de Ética Profissional do Assistente Social, que, no seu artigo 2º, item D, determina a “inviolabilidade do local de trabalho e respectivos arquivos e documentação, garantindo o sigilo profissional” e, reitera no artigo 7º, item A, que o/a Assistente Social deve “dispor de condições de trabalho condignas, seja em entidade pública ou privada, de forma a garantir a qualidade do exercício profissional” (CFESS, 1993). Contudo, devido à disposição do espaço, a sala da Equipe Técnica (Serviço Social) é compartilhada com a Coordenação, sendo, em alguns momentos, impossível exercer e garantir o direito do usuário ao sigilo profissional durante um atendimento, materializando uma contradição no espaço/processo de trabalho.

Figura 7 - Descrição da Sala da equipe técnica e coordenação

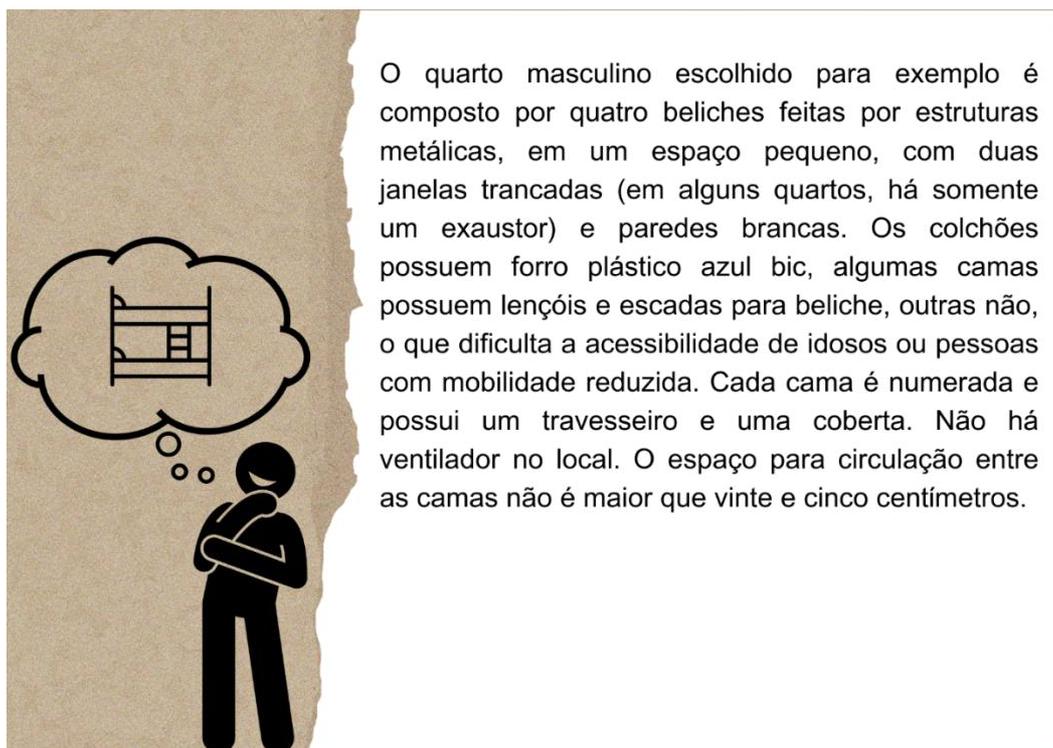


Fonte: Autora

Outro espaço de uso que merece destaque são os quartos. Diferentemente da Sala da Equipe Técnica, os quartos não possuem climatização com ar-condicionado. Alguns possuem ventiladores e janelas, outros apenas exaustores. No verão, essa (ausência de) estrutura gera

problemas, pois alguns usuários se recusam a dormir nas camas devido aos mosquitos e ao calor, deitando-se no chão ou nas escadas, o que, por questões de segurança, não é permitido.

Figura 8 - Descrição de um Quarto Masculino, andar superior



O quarto masculino escolhido para exemplo é composto por quatro beliches feitas por estruturas metálicas, em um espaço pequeno, com duas janelas trancadas (em alguns quartos, há somente um exaustor) e paredes brancas. Os colchões possuem forro plástico azul bic, algumas camas possuem lençóis e escadas para beliche, outras não, o que dificulta a acessibilidade de idosos ou pessoas com mobilidade reduzida. Cada cama é numerada e possui um travesseiro e uma coberta. Não há ventilador no local. O espaço para circulação entre as camas não é maior que vinte e cinco centímetros.

Fonte: Autora

Todavia, percebemos que encontrar um local que atenda a todos esses requisitos, físicos e financeiros, em uma região central, não é uma tarefa fácil. Os bairros mencionados no Projeto Técnico como possibilidades para a instalação do albergue pertencem hoje a zona do “4º Distrito”, foco de um projeto de revitalização nos últimos anos, com grandes investimentos públicos e privados.

Com essa proposta comercial, produz-se o aumento da especulação imobiliária e a mudança do perfil habitacional, desencadeando-se um processo de gentrificação, transformando essa zona, inicialmente degradada, e cativando moradores de renda mais alta, atraídos por características como arquitetura, localização e custo acessível. Esses novos moradores, ao demandarem novos serviços, impulsionam a valorização imobiliária da região, o que aumenta o custo de vida, expulsando, por consequência, antigos residentes e comerciantes,

geralmente constituídos por grupos vulneráveis. Isso resulta na substituição da população original e na redução da diversidade social da área.

Como reflexo, há ainda a expulsão das pessoas em situação de rua desses bairros, o que impacta diretamente as condições de moradia da população, contribuindo para os processos de exclusão social e necropolítica, uma vez que a rede socioassistencial, apresentada no primeiro capítulo, é pensada para atender a população nessa região.

Além dos aspectos da infraestrutura material, o albergue conta com uma equipe organizacional/de suporte, que diz respeito aos recursos humanos, formada por profissionais de diversas áreas, que trabalham em conjunto para garantir que os usuários do albergue acessem o serviço, observando os cuidados necessários. Esse grupo é composto por funcionários “fixos” do local, sendo: um coordenador, dois assistentes sociais (um homem e uma mulher), seis estagiários de Serviço Social (cinco mulheres e um homem), oito educadores sociais (duas mulheres e seis homens), um segurança, duas cozinheiras e duas profissionais de higienização, e por trabalhadores esporádicos, como um motorista, um auxiliar de coordenação e uma nutricionista. Cabe destacar que os estagiários ocupam e realizam as atividades que cabem aos profissionais, contribuindo significativamente para o funcionamento do setor e da casa.

As funções do coordenador incluem desde realizar a gestão do albergue, até a supervisão da equipe de trabalho, organizando escalas, realizando contratações, fornecendo material necessário. Além disso, deve garantir que as políticas e diretrizes estabelecidas sejam cumpridas, coordenando ações e projetos para melhorar o atendimento aos usuários. O auxiliar de coordenação, por sua vez, atua em conjunto com o coordenador e/ou na sua ausência, auxiliando-o na gestão do albergue, na supervisão da equipe e com as demandas dos funcionários para efetivação do trabalho (controle de estoque, gestão de receitas e despesas, manutenção do espaço).

As pessoas em cargo de educadores sociais são contratadas no regime de Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), com escalas de 12x36<sup>23</sup>, organizando-se em alguns postos de trabalho, como portaria, guarda volumes, gestão da fila para banho e revista para acesso aos quartos. Além disso, são responsáveis por realizar atividades socioeducativas e de lazer para os usuários, visando contribuir para a sua integração social e para a melhoria da qualidade de vida. Contudo, essas atividades não são desenvolvidas no dia a dia da instituição.

O vigilante, funcionário de uma empresa terceirizada, é responsável por garantir a segurança da estrutura física do Albergue-durante o dia e, à noite, dos usuários e da equipe de trabalho no momento do acesso a casa, realizando a vigilância do local e focando sua atenção em movimentações que possam expressar perigo, como incitação à violência, discussões e agressões.

As cozinheiras são responsáveis pela preparação das refeições servidas, garantindo a qualidade e a adequação dos alimentos às necessidades dos usuários, respeitando o cardápio previamente estabelecido pela nutricionista da instituição. Elas também trabalham sob o regime de escala, revezando-se na preparação da janta e do café da manhã.

As profissionais responsáveis pela higienização desempenham o papel de manutenção da limpeza do ambiente, tanto para os usuários quanto para a equipe de trabalho. Elas garantem que o espaço esteja limpo antes e durante o uso da casa, cuidando também da lavagem de lençóis e toalhas.

Por fim, os/as assistentes sociais (AS) são contratados como PJ/MEI<sup>24</sup> e, por conta disso, identificam-se como “Técnicos Sociais” perante a rede socioassistencial. De forma geral, são responsáveis por realizar o atendimento social aos usuários do albergue, realizando a escuta qualificada, o acolhimento e o encaminhamento adequado de acordo com as necessidades de cada pessoa. Os estagiários de Serviço Social atuam em conjunto e sob supervisão

---

<sup>23</sup> A escala de trabalho 12x36 é uma jornada de trabalho que consiste em 12 horas de trabalho seguidas por 36 horas de descanso. Isto é, proporciona um dia e meio de folga para cada 12 horas trabalhadas. Esse tipo de escala é comum em atividades que demandam operação constante, como a saúde, a vigilância, a segurança, entre outras. A escala 12x36 é prevista pela CLT e basta um acordo individual entre as partes para adotá-la.

<sup>24</sup> A justificativa se dá a partir do discurso neoliberal de “A pejetização permite aumentar o valor repassado ao trabalhador”.

dos/das AS, auxiliando no atendimento aos usuários e contribuindo para a realização de atividades e projetos, de forma não remunerada.

Nesse quesito, não há um número mínimo de cada área profissional estabelecido no Projeto Técnico Albergue (FASC, 2019). Também não são impostos regimes específicos de contratação, o que dá certa autonomia para a associação nas admissões de trabalhadores. Entretanto, tal flexibilidade dá margem para a precarização do trabalho através da Pejotização, onde se transforma “artificialmente, um empregado pessoa física em jurídica, isto é, em PJ” (Ferreira e Santos, 2021, *online*).

Ou seja, o trabalhador é enquadrado como um prestador de serviço eventual, sem vínculo empregatício com a instituição. Logo, é privado de direitos trabalhistas, como: décimo terceiro salário, férias remuneradas, multa por rescisão contratual, depósito de Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), licença doença, licença maternidade/paternidade, seguro-desemprego, aviso prévio, pagamento de hora extra, jornada de trabalho limitada, salário-mínimo, repouso semanal remunerado, dentro outros.

Tal flexibilização, uma das faces do neoliberalismo, impacta não apenas localmente, para o trabalhador que perde seus direitos e encargos trabalhistas, mas a nível nacional, visto que a previdência social deixa de arrecadar, em média, um valor de R\$ 3.661,71 por ano por cada trabalhador pejotizado, além de maximizar o lucro do empregador que, embora explore a força de trabalho humana, fica isento de encargos trabalhistas (Welle, et al. 2019).

Além dos desafios impostos pela estrutura do espaço, outros surgiram na relação com a gestão que, muitas vezes, se mostrou ausente, inclusive na divulgação de atividades que trariam benefícios tanto para a instituição quanto para os trabalhadores e usuários. Essas iniciativas, reiteradamente, não eram compartilhadas ou foram impedidas, sem explicações razoáveis/legítimas, que serão aprofundadas no próximo subcapítulo. Um exemplo foi a ação de qualificação para o atendimento de imigrantes, que estava alinhada a uma das oito diretrizes e princípios dos albergues, conforme o Projeto Técnico dos Albergues da FASC (2019), item D, que prevê a "utilização de metodologia que possibilite o atendimento personalizado". Todavia, mesmo sendo uma iniciativa coerente com o projeto institucional, não recebeu incentivo por parte da gestão.

Assim, foi necessário reavaliar o andamento das atividades planejadas e buscar estratégias para superá-las. Após contornarmos essas dificuldades, compreendemos que

No caso da assistência social, as questões que envolvem as condições, relações e organização do trabalho ganham maior complexidade quando consideramos que grande parte dos serviços, programas e projetos é prestada por entidades de assistência social privadas que integram a rede socioassistencial nos territórios de abrangência dos Cras e Creas (Raichelis, 2010, p 765).

Entretanto, nos resultados do projeto evidenciam-se o impacto negativo desses entraves, refletidos na baixa adesão, desvalorização das ações por um grupo de trabalhadores e na participação sem densidade. Isso porque, atribuímos, também, a ausência de uma contrapartida aos trabalhadores, como a possibilidade da utilização de banco de horas, para compensar as horas investidas em qualificação, nas oficinas.

O desinvestimento no trabalho e nos trabalhadores é uma das características da precarização das políticas públicas, pois,

[...] a terceirização desconfigura o significado e a amplitude do trabalho técnico realizado pelos assistentes sociais e demais trabalhadores sociais, desloca as relações entre a população, suas formas de representação e a gestão governamental, pela intermediação de empresas e organizações contratadas, **[repercutindo na organização do trabalho em que as ações realizadas pelos trabalhadores]** passam a ser subordinadas a prazos contratuais e aos recursos financeiros destinados para esse fim, implicando descontinuidades, rompimento de vínculos com usuários, descrédito da população para com as ações públicas (Raichelis, 2010, p. 758. **Acréscimo nosso**).

Esse processo reflete ainda no trabalho profissional e na saúde do/a assistente social, que passa a exercer suas atividades de forma mecanicista e acrítica, visando o cumprimento de prazos e metas impostas, além de acelerar um processo de trabalho que demanda tempo para análise e intervenção.

#### **4.2. Questão Social e o trabalho do/da assistente social no acolhimento noturno**

Para explorarmos o trabalho profissional dentro desse contexto, apresentaremos o objeto de intervenção do Serviço Social, suas expressões e o

que identificamos no campo de estágio, sendo este, definido por lamamoto (1997, p. 14) no seguinte trecho:

Os assistentes sociais trabalham com a questão social nas suas mais variadas expressões quotidianas, tais como os indivíduos as experimentam no trabalho, na família, na área habitacional, na saúde, na assistência social pública etc. Questão social que sendo desigualdade é também rebeldia, por envolver sujeitos que vivenciam as desigualdades e a ela resistem, se opõem. **É nesta tensão entre produção da desigualdade e produção da rebeldia e da resistência, que trabalham os assistentes sociais**, situados nesse terreno movido por interesses sociais distintos, aos quais não é possível abstrair ou deles fugir porque tecem a vida em sociedade. [...] a questão social, cujas múltiplas expressões são o objeto do trabalho cotidiano do assistente social (lamamoto, 1997, p.14. *Grifo nosso*).

Para o entendimento de questão social, categoria que expressa a contradição fundamental do modo capitalista de produção, empregamos a definição construída por Carvalho e lamamoto, (1983, p.77):

A questão social não é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção mais além da caridade e repressão (Carvalho e lamamoto, 1983, p.77).

Por outro lado, Faleiros (1997, p. 37) acrescenta que definir o objeto de intervenção do Serviço Social somente como “expressões da questão social” não é suficiente, pois pode se tornar genérico, fazendo-se necessária uma qualificação desse objeto. Para isso, o autor pontua:

A questão do objeto profissional deve ser inserida num quadro teórico-prático, não pode ser entendida de forma isolada. Penso que no contexto do paradigma da correlação de forças o objeto profissional do serviço social se define como empoderamento, fortalecimento, empowerment<sup>25</sup> do sujeito, individual ou coletivo, na sua relação de cidadania (civil, política, social, incluindo políticas sociais), de identificação (contra as opressões e

---

<sup>25</sup> Em sua forma literal, o termo inglês empowerment significa "empoderamento", um neologismo que designa as relações de poder dentro de uma sociedade. O empowerment como fenômeno sociológico está muitas vezes relacionado com membros de grupos que são discriminados pela sua raça, religião ou sexo. Ele se refere a um aumento da força política e social desse grupo ou de um único indivíduo discriminado, através do fortalecimento de suas próprias capacidades.

discriminações), e de autonomia (sobrevivência, vida social, condições de trabalho e vida...)” (Faleiros, 1997, p. 39).

Com isso, para definir o objeto de intervenção do projeto, foi indispensável conhecer as expressões da questão social reveladas nas demandas presentes no espaço e como elas são atendidas na rotina institucional. Os profissionais de Serviço Social possuem atribuições prévias e demandas, que podem ser advindas dos usuários, da associação dirigente (Projeto Restaurar), da FASC e/ou do próprio profissional.

Dentre seus significados etimológicos, o conceito de atribuição indica ato ou ação de um sujeito sobre outro no sentido de concessão ou mesmo reconhecimento, sendo atribuição o ato de imputar algo a alguém. É utilizado, ainda, como competência, responsabilidade de determinada autoridade, responsabilidade própria de um trabalho, competência de uma atividade profissional. Já a demanda, significa procura, trata-se de ação, ato ou efeito de buscar/solicitar algo, especialmente quando se considera um direito (Guerra et al, 2016).

Sendo assim, no Projeto Técnico Albergue (FASC, 2019) estão previstas atribuições ao profissional de Serviço Social que atuar no local, sendo elas descritas como:

- Articular com os Serviços de Proteção Social Básica e Especial de Média Complexidade da cidade e de outros municípios, referência e contrarreferência;
- Incentivar e contribuir no processo de autonomia, autoestima e de organização pessoal e coletiva da população usuária;
- Acolher à população adulta e idosa em situação de rua, com atendimento noturno de suas necessidades como: alimentação, higiene, vestuário, convivência, pernoite e endereço institucional para utilização do usuário;
- Orientar a população usuária dos serviços socioassistenciais;
- Orientar a população usuária dos benefícios sociais (bolsa família/ BPC/ vale transporte);
- Realizar encaminhamentos aos serviços de acolhimento (casa de passagem/abrigo/repúblicas);
- Desenvolver ações integradas com outras políticas públicas para viabilizar o acesso da população usuária;
- Manter atualizado os registros de atendimentos dos usuários seja em meio físico ou dos sistemas informatizados da FASC; (FASC, 2019).

No documento supracitado, há um destaque aos objetivos esperados a partir dessas ações, sendo eles:

- Redução das violações dos direitos socioassistenciais, seus agravamentos ou reincidência, como a situação de rua;
- Proteção social aos indivíduos;
- Redução de danos provocados por situações violadoras de direitos;

- Construção de novos projetos de vida para as pessoas em situação de rua, que viabilizem o processo gradativo de saída da situação de rua; (FASC, 2019).

Com relação às demandas da FASC, há a exigência de entrega de relatórios mensais com a quantidade de pessoas acolhidas e seus perfis, estudos sociais para discussão em rede e reuniões quinzenais com a supervisão da fundação. Há, ainda, as demandas institucionais da gestão do albergue, como o controle de acesso à casa e ao estoque de recursos (alimentos, materiais de escritório, EPIs). E, por último, as demandas do/da Assistente Social, que incluem a articulação em rede para o avanço das demandas dos usuários, a mediação de conflitos relacionados ao acesso a recursos para o trabalho profissional, de problemas interpessoais e/ou de convivência entre os usuários.

Por fim, com relação às demandas dos acolhidos, identificamos e agrupamos as principais levadas ao setor de Serviço Social e como elas são atendidas, iniciando pelo processo de acolhimento/abrigo, que leva todos eles ao serviço de albergagem. Quando acessam a casa pela primeira vez, é realizada uma entrevista a fim de obter informações e identificar outras necessidades. Para tanto, utiliza-se como roteiro a Ficha de Cadastro (Anexo 1).

Quando já estão na casa, durante o prazo de quinze dias permitido para estadia, as demandas são variadas, apesar da limitação de recursos. Essas vão desde a orientação para reinserção no mercado de trabalho, a qual é encaminhada para o Centro Pop, onde auxiliam na elaboração de currículo e compartilham vagas de emprego, até a solicitação de passagens, repassadas ao CREAS, que permitem o regresso à cidade natal ou a chegada até o destino que desejam.

São atendidos, ainda, pedidos para ingresso em casa de passagem/abrigo. Algumas solicitações são encaminhadas diretamente pelo albergue. Outras são levadas para órgãos da rede que possuem acompanhamento a médio e longo prazo, como CRAS, CREAS e Centro Pop, e chega à instituição como um

“reforço” do pedido. Nesses casos, é feita uma discussão com a Rede Rua para o devido encaminhamento.

Também há uma demanda por ligação telefônica para familiares ou para o trabalho e, para isso, o/a Assistente Social possui um número profissional fornecido pela instituição. Nesses casos, é entendido pelo serviço que a comunicação com familiares, trabalho e amigos ajuda no processo de superação da situação de rua, motivando a oferta desse canal de comunicação. Porém, é permitida apenas uma ligação por semana para cada usuário, em razão dos custos.

Outro pedido frequente é o de comprovante de residência, comumente solicitado aos imigrantes que desejam regulamentar sua estadia no Brasil e aos usuários em geral para fins de trabalho, judiciais e de acompanhamento em saúde. Para isso, é utilizado o modelo de Comprovante de Residência (Anexo 2), o qual consta o nome do usuário, seu CPF e assinatura com carimbo do/da Assistente Social.

Além disso, os usuários buscam a equipe técnica para orientações relacionadas ao auxílio moradia e a outros benefícios. Nesses casos, é explicado brevemente os pré-requisitos e as possibilidades de contemplação, direcionando-os aos serviços da rede responsáveis pelas solicitações, nesse caso, CRAS e Centro Pop;

Para o acesso, os acolhidos também procuram por orientação para a emissão de documentos, sendo uma das mais frequentes, já que muitos os perdem, seja por roubo ou deterioração pelas condições externas (chuva, umidade, sujeira) na rua. Para essa solicitação são direcionados ao cartório Calixto Wenzel, no caso de perda de Certidão de Nascimento, e para o Instituto Geral de Perícias (IGP) para identidade, sendo possível a autodeclaração de ausência de renda para a isenção da taxa de emissão.

Com relação às demandas de saúde, a maioria são para tratamento de saúde mental, na qual os usuários são instruídos a buscar pelo Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas quatro - Céu Aberto (CAPS AD IV). No caso de tratamento para saúde física, recomenda-se a Unidade de Saúde Santa Marta, responsável pelo território onde o Albergue se encontra.

Por não contar com o atendimento psicossocial e o respectivo acompanhamento, devido ao caráter emergencial que se enquadram os albergues, todos os encaminhamentos são feitos de maneira informal, indicando os endereços aos usuários e tendo o retorno somente a partir do que eles trazem, o que, por vezes, se torna menos efetivo.

Após vivenciarmos a realidade do trabalho no campo e suas possibilidades, observando, em algumas situações, negligência nos atendimentos, concluímos que o processo de acolhimento de imigrantes latino-americanos demanda uma abordagem mais cuidadosa e atenta.

Isso porque, durante a análise socioinstitucional, realizada no Estágio Obrigatório I, notamos a existência de barreiras linguísticas e culturais que dificultavam a compreensão mútua entre os imigrantes, a equipe do albergue e os demais usuários brasileiros, o que repercutia no processo de acolhimento de imigrantes latino-americanos e na convivência. Tal barreira gerava frustrações, desconfiança e isolamento, prejudicando, muitas vezes, a efetividade do acolhimento para com esses sujeitos. Com essas impressões, constatamos a necessidade de aprimorar os processos de triagem das demandas e o respectivo encaminhamento dos imigrantes feitos pelo Serviço Social, tendo em vista a garantia de compreensão das suas necessidades específicas.

Há o entendimento, a partir da CF/88, da laicidade do Estado e do livre credo, inclusive nas relações público-privada. Porém, no campo de estágio, foi possível observar resistências em relação a determinados temas, seja na interpretação da gestão sobre certas decisões, seja quando questões ligadas aos valores cristãos da instituição responsável eram trazidas para debate. Uma evidência das contradições foi o impedimento da oficina de Candombe<sup>26</sup> proposta por nós (a qual será descrita e analisada no próximo subcapítulo), por outro lado, cultos de Natal e/ou de reuniões de Alcoólicos Anônimos (AA) conduzidas por pastores evangélicos são aceitos por parte da gestão.

---

<sup>26</sup> O termo "Candombe" tem origem no quimbundo, uma das línguas faladas em Angola, e originalmente se referia a qualquer tipo de dança praticada por negros e escravizados durante o período da colonização na América Latina. O Candombe representa a preservação do patrimônio ancestral africano, particularmente de raízes Bantu, trazido pelos escravizados que chegaram à região do Rio da Prata. Em Porto Alegre, desde 2022, o dia 3 de Dezembro foi estabelecido como o **dia municipal do Candombe**.

Essa realidade reflete a influência da herança conservadora que impacta a profissão ainda hoje. Desde a institucionalização do Serviço Social, a Igreja Católica teve um papel central, pois foi um dos principais agentes de assistência e caridade no Brasil. Durante grande parte do século XX, o Serviço Social esteve ligado a ideais religiosos e morais católicos, pautados na caridade e na disciplina, moldando a atuação profissional, associada aos valores da igreja e direcionada para o atendimento às classes mais pobres sob uma perspectiva assistencialista e moralizadora (Silva e Costa, 2007).

Entretanto, especialmente a partir das reformas e das novas diretrizes da profissão, na década de 1980, com o Movimento de Reconceituação, o Serviço Social brasileiro passou por um processo de laicização e desvinculação das instituições religiosas, adotando um caráter técnico, científico e voltado para os direitos sociais. Mesmo assim, a influência religiosa não desapareceu. Atualmente, observamos uma crescente presença de instituições evangélicas neopentecostais no espaço das políticas públicas de assistência, especialmente em parcerias com o poder público para a gestão de serviços e programas sociais, como é o caso do Projeto Restaurar. Esse cenário cria um paradoxo: enquanto o Serviço Social defende o respeito à diversidade e a laicidade do Estado, as instituições religiosas, muitas vezes com uma visão conservadora, tendem a limitar práticas que não se alinham com suas crenças.

A identificação dessas barreiras impôs a realização de novas avaliações, exigindo que fosse ressignificado o que inicialmente havíamos planejado, levando-nos ao exercício da capacidade de lidar com o imprevisto. Esse processo evidenciou que a realidade nem sempre se revela de imediato, sendo necessário considerar aquilo que não está aparente à primeira vista. No cotidiano, nossos olhares e análises capturam apenas partes de um todo, que não se mostra completamente. Certos aspectos podem se sobressair e encobrir outros. Por isso, é fundamental manter uma observação constante e crítica, reconhecendo que a compreensão de uma realidade em um dado momento pode não ser a mesma em momentos posteriores.

Assim, a partir da identificação da barreira linguística, no próximo capítulo iremos abordar a construção do objeto de intervenção no contexto do trabalho profissional do/da assistente social na instituição, detalhando as atividades

propostas, seus resultados e realizando uma análise crítica sobre o processo. Apresentaremos, ainda, como as ações planejadas foram moldadas pelas demandas institucionais e pelas necessidades dos usuários, além de explorar os desafios enfrentados na implementação dessas ações. Serão examinados tanto os impactos diretos, observados no cotidiano, quanto as questões mais amplas de organização institucional que influenciaram os resultados.

## **5.(DES)ACOLHIMENTO: A COMUNICAÇÃO COMO FATOR DE EXCLUSÃO/INCLUSÃO**

Durante o processo de observação e identificação do objeto de intervenção no campo de estágio, conforme já relatamos anteriormente, constatamos que uma das principais barreiras no acolhimento de imigrantes está relacionada à comunicação, uma vez que os profissionais do local não possuem conhecimento prévio do idioma falado pelos usuários ou ferramentas para possibilitar essa comunicação, o que dificulta a troca de informações e um acolhimento efetivo, desde o momento do acesso a casa até a rotina diária. A falta de diálogo contribui com a invisibilização desse grupo e, por sequência, torna-os mais suscetíveis a necropolítica, já que esse despreparo reflete na ausência de acesso a serviços essenciais ou, até mesmo, na expulsão desses imigrantes por não cumprir as regras não compreendidas, acabando, assim, vivenciando os desafios da rua, como a violência, os assaltos, as doenças e a fome.

Um exemplo que ilustra essa constatação ocorreu com o casal de uruguaios, Yucca e Espinilho (já mencionados anteriormente), que, em seu primeiro acesso, não compreendiam o que estava sendo dito durante a revista de seus pertences, procedimento padrão para a entrada no espaço. Sem entenderem o motivo da ação, ambos demonstravam constrangimento, questionando a necessidade de terem as suas privacidades invadidas. Naquele momento, reafirmavam suas ídoles, salientando que não portavam nada ilegal ou que justificasse, para eles, a ação. Todavia, nada foi explicado por quem fazia a inspeção, possivelmente por também não ter compreendido o que diziam.

Presenciamos, ainda, outra situação envolvendo usuários imigrantes, sendo dois argentinos e dois colombianos, registrada no Diário de Campo:

A Agave e o Ocotillo chegaram as 21h (além do horário permitido), o A.S. pediu para eu os acompanhar e conversar, afim de entender a situação. Junto estavam uma mãe e filho colombianos, que trabalham com arte e somaram-se ao casal que haviam conhecido na casa. Eles falaram que avisaram no guarda volumes antes de deixar a casa pela manhã, que, por ser final de semana, trabalhariam até mais tarde. A equipe não passou essa informação para quem controlaria a portaria nessa noite. Falha na comunicação entre a equipe + falta de

compreensão do que os imigrantes falam = usuário prejudicado (Saldaña, 2023a, p.48).

Através do diálogo, utilizando o idioma materno deles, foi possível resolver o problema. Entretanto, o constrangimento ocasionado e o sentimento de indiferença ficaram presentes.

Outra situação comum são os encaminhamentos, por vezes ineficientes, feitos pelo Serviço Social. Isso porque a maior parte das instituições pertencentes à rede direcionada para a população em situação de rua (Centro Pop, Restaurante Popular) parece não ter a qualificação necessária para o atendimento de imigrantes, deixando, com frequência, o usuário confuso, sem saber por onde começar no novo país.

Levando em conta as nossas observações, e partindo do pressuposto de que, no panorama contemporâneo o Serviço Social emerge como agente na promoção da equidade, inclusão e respeito à diversidade, o projeto de intervenção executado no Albergue Acolher 2 propôs-se a investigar e intervir em diferentes dimensões do ambiente de trabalho e do atendimento na instituição de acolhimento, visando qualificar a acolhida de imigrantes latino-americanos.

Ancorando-se na premissa de que a inclusão transcultural é um desafio complexo e multifacetado, o projeto teve como objetivo qualificar o processo de acolhimento e inclusão aos usuários imigrantes latino-americanos, potencializando o acesso aos direitos fundamentais, no Albergue Acolher 2, centrando-se em três eixos principais: aprimorar a acessibilidade por meio da tradução de sinalizações; implementar um protocolo de encaminhamento no Serviço Social; e, qualificar as práticas de acolhimento através da aproximação do idioma espanhol para o dia a dia, buscando assegurar que as informações sejam repassadas com qualidade e fidedignidade para, assim, garantir o acesso dos indivíduos.

O ponto de partida envolveu a análise crítica das dinâmicas institucionais, mediante a identificação das áreas passíveis de transformação para, assim, promover um ambiente inclusivo e receptivo. Esse movimento foi realizado durante a análise socioinstitucional e teve como principais instrumentos a observação e os registros do diário de campo.

Nessa perspectiva, examinamos, na sequência do texto, os resultados obtidos em cada uma das áreas em que propusemos intervenção, considerando não apenas os êxitos, mas os desafios encontrados. A reflexão sobre as experiências vivenciadas busca construir ideias valiosas para a instituição em questão e, especialmente, para a compreensão de como as intervenções sociais podem ser adaptadas para atender as necessidades de uma sociedade com demandas cada vez mais diversas e complexas.

Com essa perspectiva, apresentamos uma síntese do processo de planejamento, implementação e avaliação do projeto de intervenção, explorando as nuances e aprendizados que surgiram ao longo do caminho. Ao compartilhar essas experiências, almejamos contribuir para o enriquecimento contínuo do trabalho de Serviço Social e para o aprimoramento das estratégias de promoção da inclusão e diversidade no ambiente institucional.

### **5.1.Os desafios da inclusão transcultural**

Após identificar o objeto de intervenção, definimos os objetivos, planejamos as ações e as metas para avaliação, tendo como base as atribuições e demandas mencionadas no capítulo anterior. Para construir o caminho até o objetivo do projeto, definido como “qualificar o processo de acolhimento e inclusão aos usuários imigrantes latino-americanos, potencializando o acesso aos direitos fundamentais, no Albergue Acolher 2”, foram definidos três objetivos específicos:

1. Conhecer as histórias e modo de vida dos imigrantes atendidos, bem como suas culturas, valores, princípios e o idioma, com vista a planejar ações que respeitem seus costumes e conhecimentos. Objeto que guiou toda a construção e forneceu amparo prático para a construção do projeto e para a construção do presente trabalho;

2. Fomentar estratégias e procedimentos de comunicação visando qualificar o processo de acolhimento dos imigrantes realizado pela equipe (Ações 1, 2 e 3);

- 3 Criar ações estratégicas que fortaleçam relações de apoio e pertencimento social a fim promover a integração entre os imigrantes e usuários locais (Ação 4);

Todo o processo de formação do/da assistente social é amparado na teoria social crítica e no método crítico dialético, tendo como *principal* expoente as ideias de Karl Marx. Essa teoria se apoia nas categorias totalidade, historicidade, contradição, mediação e cotidiano que permitem analisar e interpretar criticamente o movimento da realidade. A categoria historicidade permite apreender o movimento histórico da realidade, entendendo como os processos e fenômenos tem sua raiz na história, não sendo imediatos e nem recentes, sofrendo modificações e se perpetuando. Da mesma forma fazem parte de uma totalidade, que não é a soma das partes, pois cada parte é uma totalidade em si. As contradições se referem aos movimentos opostos que são intrínsecos aos fenômenos.

A análise dos desafios vivenciados pelos imigrantes latino-americanos em situação de rua, a partir de um olhar cuidadoso acerca de todas as dimensões que estão implicadas, nos possibilitou a identificação das desigualdades vividas e a compreensão das estruturas sociais e econômicas que contribuem para a exclusão e marginalização desses imigrantes.

Ainda, construímos um formulário (Apêndice X) e disponibilizamos para a equipe técnica com perguntas que buscavam justificar as ações que seriam propostas, dando espaço, também, para outras ideias e outras possibilidades. Entre as perguntas empregadas no formulário, destacam-se: “Nos acolhimentos/entrevistas a imigrantes, quais as dúvidas/inseguranças surgem? Ao que você atribui isso?”; “Nos acolhimentos/entrevistas a imigrantes, quais os encaminhamentos você costuma fazer? Por quê?”; “Como você considera que poderíamos melhorar o atendimento a essa população?”.

Esse formulário foi concebido tendo em vista a importância da comunicação nos trabalhos com grupos, ultrapassando a simples troca de informação. Com ela, é possível construir vínculos, compreensões e trocas afetivas. No Serviço Social, o/a assistente social deve atuar como facilitador do processo comunicativo, garantindo que todas as vozes sejam ouvidas, especialmente aquelas que tendem a ser silenciadas, como a de mulheres ou a de quem ocupa cargos operacionais dentro da instituição (Vileirine, 2016, p.142).

A partir dessa compreensão foi possível desenvolver estratégias de intervenção que buscaram impactar, mesmo que de forma limitada, a vida

desses sujeitos, viabilizando também a participação ativa desses usuários e ampliando sua autonomia e contato com outras oportunidades. Para isso, desenvolvemos ações a partir da dimensão socioeducativa do trabalho do/da assistente social, que se refere à

[...] possibilidade de o profissional refletir sobre os resultados alcançados com o exercício profissional. Aqui ganham relevo as implicações do exercício profissional na vida do usuário, a compreensão quanto às informações e orientações obtidas, além da necessidade de o assistente social **repensar constantemente a construção de estratégias de intervenção em consonância com as contradições presentes na realidade social** (Torres, 2014, *online*. *Grifo nosso*).

Tendo isso em mente, planejamos e propomos quatro ações que envolviam a instituição, os profissionais e os usuários:

**Ação 01:** Capacitação da equipe do albergue acerca das questões relacionadas à imigração, cultura e idioma dos imigrantes latino-americanos;

**Ação 02:** Elaboração de um protocolo padrão de encaminhamento do usuário imigrante pelo Serviço Social, considerando suas demandas, em forma de “roteiro”, sinalizando um circuito na rede socioassistencial;

**Ação 03:** Tradução das sinalizações presentes na casa, como forma de acessibilidade, bem como as regras passadas no momento do primeiro acolhimento.

**Ação 04:** Promoção um espaço de integração e acolhimento entre os usuários, objetivando a integração social e comunitária;

Com essas ações, pretendemos mitigar as barreiras comunicacionais enfrentadas pelos imigrantes em situação de rua, promovendo a igualdade de acesso às informações para a compreensão de seus direitos, de seus deveres e das normas do ambiente em que estão inseridos. Ainda, durante a construção do objeto, notamos a necessidade de promover ações integradoras, que possibilitassem a aproximação com os usuários brasileiros e a equipe. *Na sequência do capítulo apresentamos cada uma delas.*

### *5.1.1. Ação 01: Qualificação das técnicas de acolhimento: espanhol para acolhimento de imigrantes latino-americanos*

Contemplando o objetivo de fomentar estratégias e procedimentos de comunicação visando qualificar o processo de acolhimento por parte de toda a equipe, definimos como estratégia a realização de uma oficina em dois dias diferentes, possibilitando a participação das duas equipes plantonistas em cada dia.

Para a realização da oficina, fizemos um levantamento de universidades e institutos que trabalham com o ensino de espanhol em Porto Alegre de forma gratuita, chegando até a Universidade Federal do Rio Grande do Sul e ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense, campus Restinga, ambos com a oferta do curso de Licenciatura em Letras Português – Espanhol. Nesses contatos, não obtivemos retorno, o que nos levou a seguir buscando por parceiros.

Dessa forma, por meio de uma indicação, conhecemos a professora Maria José Sebastiany, fundadora da escola Upton English. Ela realiza formações voluntárias anuais para projetos sociais, com o objetivo de contribuir socialmente com seus conhecimentos. Com entusiasmo, ela se prontificou a participar. Pensamos, juntamente a professora, as oficinas a partir das nossas observações durante a construção do projeto, utilizando a metodologia que a professora julgou como sendo a mais eficiente para atingirmos o objetivo proposto.

A ação, ministrada pela Professora Maria José Sebastiany, foi divulgada para a equipe durante a rotina de trabalho, em conversas informais, onde já explicávamos como seria e com qual intuito, para que fizesse sentido e despertasse o interesse dos trabalhadores. Além disso, para a divulgação da atividade, utilizamos cartazes impressos (Figura 9), espalhados pela instituição e, também, o compartilhamento, em grupos de trocas de mensagens, o seguinte recurso visual:

Figura 9 - Flyer de divulgação da oficina de Espanhol para a equipe



Fonte: Autora

Posteriormente, para a execução da oficina, criamos um roteiro de perguntas e respostas a partir de cada divisão de tarefas da casa: portaria/revista, guarda-volumes, cozinha, banho e quartos. Com isso, a professora Maria construiu uma apresentação para utilizarmos no dia e um guia de bolso (Figura 10), para que a equipe pudesse acompanhar a apresentação, fazer anotações e levar consigo durante os atendimentos. A professora ainda sugeriu plataformas para a tradução de vocábulos e expressões, bem como para a escuta de pronúncias e para a verificação de significados.

Figura 10 - Capa do Guia de Bolso fornecido na oficina



Fonte: Autora, elaborado por Maria José Sebastiany

Ainda, a oficina contou com certificação (Figura 11), enviada posteriormente para todos os participantes:

Figura 11 - Certificado da oficina



Fonte: Autora, elaborado por Maria José Sebastiany

Utilizamos como indicador a observação e o registro de como se dava a interação e a compreensão, desde o primeiro contato dos usuários imigrantes com os profissionais, até a rotina na casa, posterior a oficina, cuja meta era a capacitação de 50% da equipe que atuava na instituição. Após a oficina,

aproximadamente 70% da equipe (contando com educadores, setor de serviço social, limpeza e cozinha) participou da atividade.

Os profissionais participantes eram, em sua maioria, educadores sociais, sendo cinco do Albergue Acolher 2 (uma mulher e quatro homens) e dois do Albergue Acolher 1 (uma mulher e um homem). Também contamos com a participação de três estagiários do Serviço Social (um homem e duas mulheres), uma assistente social e uma profissional da limpeza.

Durante a realização da oficina, foi construído um outro indicador (Figura 12), onde os trabalhadores puderem compartilhar uma nota, de zero a dez, do quão preparado se sentiam antes da oficina e como estavam saindo, tendo o seguinte resultado:

Figura 12 - Tabela de avaliação dos participantes

PARTICIPANTE <sup>27</sup>	NOTAS	
	ANTES DA OFICINA	DEPOIS DA OFICINA
AMANDA	2	7
GUSTAVO	2	8
ROGÉRIO	3	9
ILDA	5	6
FABRÍCIO	8	10
MATEUS	2	7
NATASHA	2	6
SÉRGIO	5	5
AINARA	5	8
JOÃO	10	10
LILIANE	10	10
JULIANA	2	9

Fonte: Autora

<sup>27</sup> Utilizamos nomes fictícios a fim de preservar a identidade dos trabalhadores.

A ação nos surpreendeu em diferentes aspectos. Inicialmente, os primeiros inscritos para a atividade foram justamente aqueles que, a princípio, aparentavam menor interesse. A partir da divulgação da iniciativa tivemos a oportunidade de estabelecer diálogos com o grupo de funcionários que, até então, não havíamos nos aproximado e confirmando o interesse em formação, manifestado no relato do participante Sérgio: “legal a atividade aquele dia. Diferente, né? Quando vai ter de novo? [...] queria saber mais sobre. Eles [os imigrantes] chegam e a gente consegue ajudar muito pouco” (Saldaña, 2023<sup>a</sup>, p.53)

Essa atividade demonstrou o potencial de transformação nas relações de trabalho dentro da instituição, evidenciando que mudanças significativas podem ocorrer quando as necessidades dos trabalhadores são reconhecidas e atendidas. Além disso, os *feedbacks* recebidos da rede de contatos realizadas nesse processo reforçaram a importância e a urgência da pauta de imigração nas instituições, confirmando a relevância do objeto de intervenção proposto.

Além da questão do idioma, o ponto mais significativo foi observar a interação entre as equipes e o movimento em direção à superação das barreiras apontadas na análise socioinstitucional. Esse resultado foi de grande valia, superando as expectativas iniciais. A partir dessa dinâmica, foi perceptível uma aproximação maior entre os educadores, tornando o ambiente de trabalho mais receptivo e colaborativo, mesmo este não sendo o objetivo imediato da ação.

Durante os plantões, foi possível notar alguns educadores sociais utilizando o guia de bolso fornecido e compartilhando-o com colegas que não haviam participado das oficinas, desempenhando, assim, o papel de multiplicadores. Esse comportamento reforçou a eficácia da escolha do produto da ação, além de validar a experiência e os aprendizados construídos ao longo do processo.

Reconhecemos que o breve encontro com a professora Maria José Sebastiany não fez com que os trabalhadores aprendessem um novo idioma de imediato, mas observamos despertar em muitos a vontade e a curiosidade de saber, impulsionando-os a buscar esse conhecimento, significando-o.

A atividade proposta foi pensada a partir do entendimento de que o trabalho em grupo deve ser desenvolvido numa perspectiva emancipatória dos

sujeitos, incentivando a autonomia de pensamento, de forma independente, crítica e consciente, levando em consideração o contexto social e as relações.

O assistente social, antes de tudo, precisa acreditar que as pessoas têm potenciais, que estes podem ser desenvolvidos através da reflexão sobre sua realidade social e que tudo pode apontar para a modificação desta realidade. Promover o acesso a serviços, programas, projetos e benefícios, fortalecer os vínculos sociais e comunitários, promover o trabalho socioeducativo numa concepção freiriana de ação-reflexão, reflexão-ação, será possível num trabalho de grupo educativo, balizado pelo projeto ético-político da profissão, tendo como horizonte a cidadania e a justiça social (Vileirine, 2016, p. 130).

Com isso, o autor chama atenção para a dimensão social dos problemas individuais, destacando como barreiras institucionais e desafios culturais podem ser superados por meio de iniciativas educativas e transformadoras. A experiência relatada reafirma a importância de uma abordagem crítica e coletiva no trabalho socioassistencial, que valorize tanto a capacitação técnica quanto a articulação entre os trabalhadores e os usuários.

#### *5.1.2. Ação 02: Qualificando as estratégias para melhorar a comunicação: tradução de sinalizações*

A segunda ação, vinculada ao objetivo específico dois, que se propôs/propunha a construir estratégias e procedimentos de comunicação visando qualificar o processo de acolhimento dos imigrantes realizado pela equipe, foi a tradução das sinalizações internas da instituição, que indicavam a localização dos quartos, banheiros, cozinha, salas administrativas e as regras de convivência.

Inicialmente, a partir de registros fotográficos, foi realizado um mapeamento detalhado de todas as sinalizações presentes, contabilizando um total de quinze cartazes. Em seguida, cada um deles foi traduzido, e um novo *design* foi elaborado (Figura 13). Após a conclusão da atividade, as novas sinalizações foram impressas em papel sulfite A4, embaladas em plástico transparente e instaladas nos mesmos locais, substituindo as versões anteriores presentes na casa desde a inauguração da casa, em 2019.

Figura 13 - Modelo das novas sinalizações



Fonte: Autora

Observamos que as sinalizações, além de facilitarem o entendimento dos usuários imigrantes acolhidos, serviram também como um material para o aprendizado e a prática do idioma durante a oficina de espanhol, onde os profissionais puderam tirar suas dúvidas quanto à pronúncia e darem sugestões. Além disso, no dia a dia de trabalho, testemunhamos os educadores lendo e tentando pronunciar o que estava escrito nos cartazes, após serem estimulados durante a oficina de espanhol, o que demonstrou ter despertado ainda mais o interesse e esforço para um acolhimento qualificado desse público imigrante.

Ainda, disponibilizamos uma cópia do material enviado para o e-mail da instituição, a fim de repor quando for necessário ou, até mesmo, investir em impressões mais resistentes. A ação não obteve a receptividade ou valorização esperada por nós, o que possivelmente decorre de uma percepção limitada

sobre seu impacto potencial e de uma falta de envolvimento por parte da gestão no processo de compreensão e desenvolvimento das atividades propostas.

Com relação aos usuários, notadamente os brasileiros, reparamos alguns grupos lendo e, por vezes, questionando o motivo da mudança. Entretanto, tivemos poucos acessos de usuários imigrantes após a alteração e, nesse período, não presenciamos estes utilizando/conferindo as informações presentes nos cartazes. Tínhamos como meta a tradução de 90% das sinalizações, sendo que o percentual atingido, após o mapeamento e as alterações, foi de 100% dos cartazes presentes no espaço.

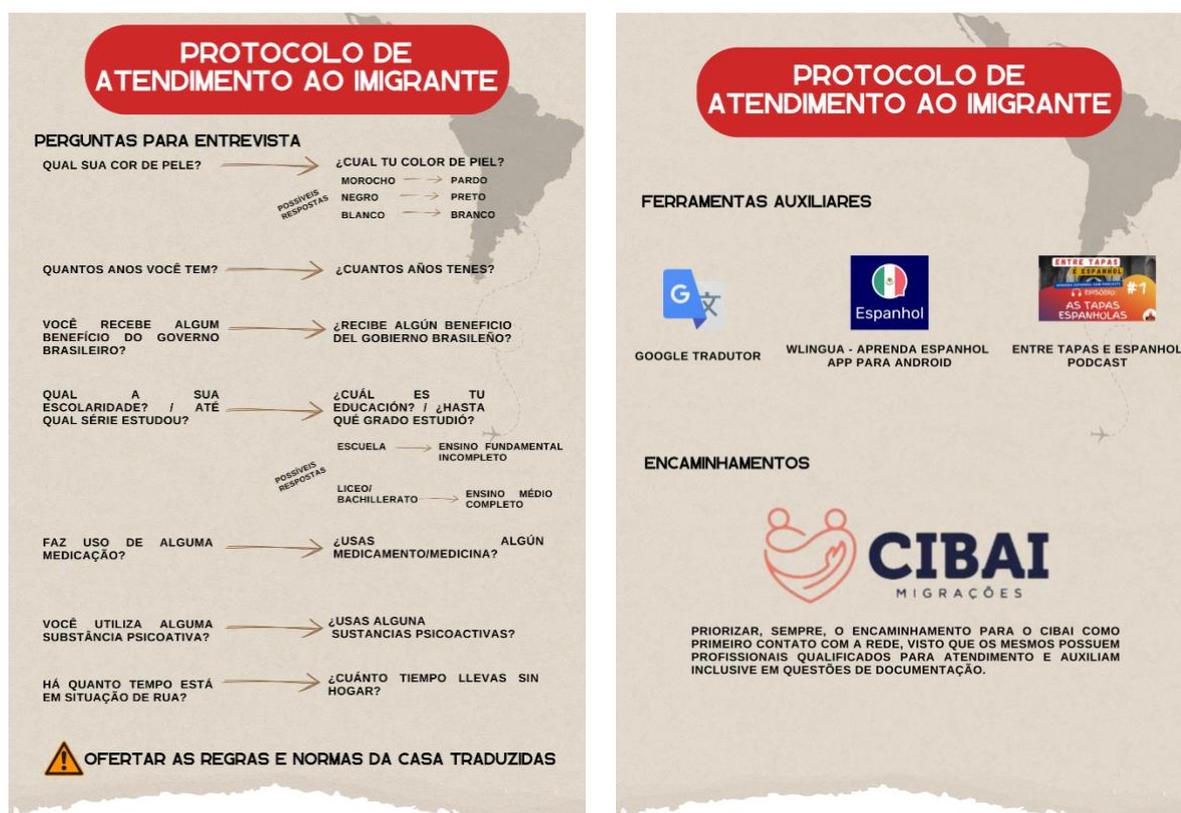
Após a enchente, ocorrida em maio de 2024, que afetou a cidade Porto Alegre e atingiu fortemente o bairro no qual está instalado o Albergue Acolher 2, as sinalizações foram perdidas, devido ao material frágil utilizado, bem como outros recursos, documentos e estruturas do espaço, não sendo novamente instalados. Com isso, verificamos que a ação teve um curto período de duração/utilização.

### *5.1.3. Ação 03: Encaminhamento padrão acerca do setor do serviço social e tradução das normas da casa*

O roteiro elaborado, intitulado de “Encaminhamento Padrão - Serviço Social” (Figura 14), visava o aprimoramento da competência de intervenção junto a população usuária pela equipe do Serviço Social. Considerando o fluxo e a dinâmica do serviço, ele foi pensado por nós como um “passo a passo” prático para o atendimento do/a acolhido/a, que poderia ser estudado previamente ou consultado durante o atendimento.

Foram previstas perguntas necessárias para o preenchimento do cadastro da pessoa na instituição, ferramentas auxiliares de comunicação e uma indicação de encaminhamento padrão para o CIBAI, considerando sua equipe de profissionais qualificados para o atendimento especializado. Essa escolha foi fundamentada nos relatos positivos dos imigrantes que já haviam sido encaminhados para o CIBAI antes da implementação do protocolo, ou que tiveram o primeiro contato com a rede socioassistencial nessa instituição parceira.

Figura 14 - Protocolo de atendimento ao imigrante



Fonte: Autora

O indicador desse trabalho foi estabelecido a partir do acompanhamento realizado junto à equipe técnica e aos usuários imigrantes, bem como da verificação, por meio da observação, da efetividade dos encaminhamentos realizados através do protocolo desenvolvido. O objetivo era avaliar se esse procedimento resultou no acesso aos serviços demandados pelos usuários, com base nos atendimentos subsequentes. Além disso, havíamos planejado a aplicação de um questionário aos colegas para obter suas percepções sobre o uso e a eficácia do protocolo, onde esperávamos que sinalizassem pontos de melhoria e/ou sugestões.

Porém, a ausência de registros consistentes por parte dos/das colegas dificultou a verificação dos resultados, impossibilitando a checagem completa da meta de aplicação do protocolo para todos os imigrantes atendidos,

evidenciando a necessidade de, para outras ações, pensar em outras formas de avaliação.

Atribuímos tal desinteresse a institucionalização dos profissionais e a forma como o trabalho é entendido e desenvolvido pelo Serviço Social no contexto da associação. Isso porque o seu êxito é medido a partir do cumprimento das tarefas obrigatórias, em formato de *checklist*, o que afasta os/as Assistentes Sociais e estagiários/as do décimo princípio fundamental da profissão, relacionado ao “compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e com o aprimoramento intelectual, na perspectiva da competência profissional” (CFESS, 1993).

De acordo com Goffman (1974, p.31), os reflexos do processo de institucionalização, que envolve a adaptação e internalização das normas e valores de uma instituição ao longo do tempo, podem ser compreendidos como uma consequência da mortificação. Nesse processo, a identidade do indivíduo é desmantelada e reconfigurada dentro de instituições totais<sup>28</sup>, levando à perda de autonomia e à despersonalização. Conforme o autor (Goffman, 1974, p. 32), a transformação do comportamento do indivíduo se dá pela imposição de novos padrões e pela reestruturação do “eu”, resultando em um ser cada vez mais conformado aos padrões institucionais. Esse processo, ao despojar o indivíduo de suas características pessoais e sociais, faz com que ele perca sua capacidade de agir de forma autônoma e de refletir sobre seu papel dentro da instituição.

Ainda, percebemos que os trabalhadores do local realizam suas atividades em uma lógica fordista<sup>29</sup>, onde o foco está na produtividade e na sua tarefa, sem compreender o fim daquela ação. Na Política de Assistência Social, entender o trabalho como parte de um todo, que contribui e impacta diretamente na vida do sujeito, é crucial para conferir sentido ao trabalho e, no caso dos/das assistentes sociais, trabalhar na perspectiva do oitavo princípio fundamental, que

---

<sup>28</sup> Uma instituição total pode ser definida como um local de residência e trabalho onde um grande número de indivíduos com situação semelhante, separados da sociedade mais ampla por considerável período de tempo, levam uma vida fechada e formalmente administrada (GOFFMAN, 1974).

<sup>29</sup> O fordismo possui uma lógica de produção em massa e especialização produtiva, onde o profissional torna-se especialista no desenvolvimento de uma determinada ação na “linha de montagem”, sem saber, muitas vezes, qual o produto que está sendo produzido.

destaca a “opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação, exploração de classe, etnia e gênero” (CFESS,1993).

Cabe ressaltar que o sentido do trabalho, no contexto da assistência social, tem potencial de energizar o profissional no desenvolvimento das suas atividades, seja ele um/uma Assistente Social ou um/uma Educador Social, mesmo sendo um processo desafiador, já que

o sentido do trabalho que estrutura o capital acaba sendo desestruturante para a humanidade; na contrapartida, o trabalho que tem sentido estruturante para a humanidade é potencialmente desestruturante para o capital (Antunes, 1999, p. 12).

Em outras palavras, o trabalho socialmente significativo e atribuído de valor para a sociedade não possui valor direto para o capital, pois seu resultado não é um produto comercializável. Quando o lucro se torna o eixo central das relações sociais, aliado à precarização do trabalho, se tem como resultado a alienação e a mecanização do trabalhador. Mesmo reconhecendo as contradições e a natureza opressiva do sistema capitalista, o trabalhador se vê obrigado a focar na execução de suas atividades, visando apenas o recebimento de seu salário para suprir necessidades básicas, em uma dinâmica restrita a um ciclo de sobrevivência imediata.

Cogitamos também a existência de uma relação entre essa inércia com a formação profissional em Serviço Social, a qual Iamamoto (2007) analisa e constata a crescente aproximação entre o ensino universitário e o mundo empresarial, em que o conhecimento passa a ser orientado por interesses mercadológicos, tornando-se um produto voltado para a obtenção de lucro. Com isso, comprometem-se as qualidades fundamentais de ensino, pesquisa e extensão, ao formar sujeitos operacionais que não desenvolvem a capacidade de reflexão crítica e a autonomia de pensamento, limitando a função social do saber e restringindo-o aos muros da universidade.

A expansão do ensino a distância (EaD) no ensino superior intensifica esse quadro, impactando o projeto ético-político da profissão diante do empobrecimento do processo de ensino-aprendizagem. Essa tendência abre espaço para a recuperação de abordagens conservadoras que marcaram a

origem da profissão, enquanto a oferta de cursos mais rápidos e desarticulados da formação integral parece enfraquecer as dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa. Tal fragmentação das experiências acadêmicas contribui para a despolitização da categoria profissional, afetando a qualidade do exercício profissional e a capacidade de transformação social dos futuros profissionais (Iamamoto, 2007).

Por outro lado, as universidades privadas que ofereciam o curso de Serviço Social, de forma presencial, com reconhecimento e excelência, como a Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), pioneira na oferta do curso na região Sul do país, e a Universidade do Vale dos Sinos (UNISSINOS), optaram por descontinuá-los, tornando o acesso a um ensino de qualidade na área ainda mais difícil.

Ainda pensando no trabalho desenvolvido pelo Serviço Social na instituição, traduzimos as orientações de acesso (Figura 15) passadas aos usuários durante a primeira entrevista, para novos ingressos na casa. Essas orientações são impressas e assinadas pelo usuário atrás da sua ficha de cadastro.

Figura 15 - Orientações de acesso traduzidas



Associação Beneficente Projeto Restaurar – Albergues Porto Alegre-RS  
 Matriz: Av Presidente Getúlio Vargas, 10430, Distrito Industrial –  
 Alvorada/RS  
 Fone: Acolher 1: 51-37372279, Acolher 2: 51-37372118  
 CNPJ: 74874579/00001-58

**ORIENTAÇÃO DE ACESSO:**

**NOME DO ACOLHIDO:** \_\_\_\_\_

- El periodo de estancia en el albergue será de 15 días;
- **Los acogidos con síntomas o confirmación de enfermedades infectocontagiosas no podrán permanecer en el equipo; en caso de toses repetidas y/u otros síntomas, se requerirá una prueba de tuberculosis;**
- Podrán acceder a la casa alojados con autonomía para locomoción, alimentación, higiene y comunicación;
- Queda expresamente prohibido el ingreso de cualquier usuario bajo los efectos del alcohol y otras drogas, salvo en este último caso bajo evaluación y responsabilidad del equipo técnico;
- El horario de apertura del albergue es de 19:00 de la tarde a 07:00 de la mañana;
- Hora de entrada: 19:00 às 20:00;
- Hora de salida: Despertar a las 06:00, higiene personal, café, salida a las 06:30;
- Queda prohibida la permanencia de los huéspedes frente al albergue, así como en sus intermedios, siendo objeto de aviso y puede resultar en la expulsión, considerándose ésta una regla externa, entre el albergue y la comunidad local;
- Los acogidos tendrán acceso a la taquilla donde podrán dejar sus pertenencias. Es responsabilidad del acogido cualquier pertenencia que exceda su espacio;
- Luego de ser apagado, el huésped tiene 24 horas para retirar sus pertenencias, luego de este período sus pertenencias serán donadas y/o desechadas;
- No nos hacemos responsables de las pertenencias de los acogidos en los tendederos y zonas comunes.
- Está prohibido dejar objetos en las habitaciones, sujetos a expulsión;
- Cada huésped tiene la obligación de hacer su cama, poner la toalla en el lugar indicado, cuidar sus pertenencias e higiene personal. El incumplimiento dará lugar a una advertencia y/o despido;
- **BAÑARSE ES OBLIGATORIO;**
- Prohibida la entrada de personas sin documentación;
- Queda expresamente prohibido el uso de la heladera por huéspedes, salvo aprobación del equipo técnico.
- Está expresamente prohibido cambiar de cama sin autorización del equipo técnico.
- Las necesidades fisiológicas deberán realizarse obligatoriamente en los baños/aseos, en caso de problemas de salud se deberá consultar al equipo técnico, siendo remitido a la red de Salud. El huésped que realice sus necesidades fuera del baño será expulsado de la casa;
- No se toleran peleas dentro del equipo entre huéspedes, estando sujetas a perder su vacante;
- Los recibidos deberán respetar las solicitudes del equipo técnico y educadores, o serán objeto de advertencias;
- No se permite acceder con alimentos perecederos como sándwiches, ensaladas de frutas, entre otros que puedan estropearse fácilmente;
- Queda expresamente prohibido el intercambio de cualquier producto entre acogidos, así como entre acogidos y el equipo, dentro del equipamiento;
- No se tolerarán la discriminación ni los delitos por motivos de religión, género, raza y personas con discapacidad;

**FIRMA** \_\_\_\_\_

Fonte: Autora

A adesão do setor de Serviço Social às atividades propostas ficou abaixo do esperado. Estabelecemos como meta a participação de 100% da equipe, mas não alcançamos sequer 20%, o que foi surpreendente, considerando que, segundo a sondagem realizada, tratava-se de um tema emergente na organização e relevante para o trabalho dos profissionais. O mesmo ocorreu na utilização e na atenção para o encaminhamento padrão proposto e para as orientações traduzidas. Mesmo oferecendo um material prático e sintetizado, com um *design* autoexplicativo, que poderia, com boa vontade, ser implementado, observamos certo desinteresse, por parte da equipe, nessa ação.

Muitos desses colegas enfrentavam questões pessoais, de adoecimento próprio ou de familiares, além de trabalharem em outros locais em turno integral, o que, pelo cansaço e esgotamento, pode influenciar na dedicação e empenho nas demais atividades/áreas da vida, bem como no estágio noturno, sendo mais um reflexo das questões supracitadas, relacionadas ao sentido do trabalho, precarização, institucionalização e formação profissional.

Por conta desses apontamentos, não consideramos esse conjunto de ações como exitosa para a equipe do Serviço Social, já que não foi possível verificar o uso e resultados práticos de forma expressiva e a equipe não aderiu a sugestão durante o projeto, diminuindo, ou até anulando, as chances de utilizarem posteriormente.

#### *5.1.4. Ação 04: Oficina de Candombe e conexão América Latina*

Para essa oficina, além da revisão teórica realizada durante a construção do projeto, buscamos informações em outras fontes, como reportagens, pesquisas acadêmicas, vídeos e *podcasts*.

No atendimento aos imigrantes recorreremos à metodologia da escuta qualificada, que:

prevê uma forma de atuação profissional que busca o conhecimento aprofundado sobre o atendido, sobre o seu território, as suas necessidades e potencialidades, de maneira a contemplá-lo em sua totalidade. O que possibilita ainda distanciar-se da tendência da coisificação do sujeito que impacta na essência da Política Nacional da Assistência Social (Sousa et al., 2021, p. 19).

Ou seja, vai além do simples ato de ouvir. Escutar, de forma qualificada, é perceber o que não foi dito, seja através do conhecimento do território, da observação de como determinados assuntos são expostos ou da linguagem corporal e emocional que, muitas vezes, revela sentimentos e necessidades implícitas. Envolve também relacionar com o contexto social e histórico em que o sujeito está inserido, suas relações com o entorno, suas experiências e vulnerabilidades.

Com essa metodologia, somada aos atendimentos registrados no Diário de Campo no primeiro semestre de 2023, constatamos que, boa parte da

população imigrante em situação de rua albergada, em Porto Alegre, está apenas de passagem, e poucos tem planos de residência fixa na cidade ou no país. Essas informações nos levaram a pensar em ações que priorizassem trabalhar com o sentimento de acolhimento e o senso de pertencimento comunitário, mesmo que momentâneo, o que entendemos como um “imaginário coletivo [...] que concebe a comunidade como ‘lugar’ de conforto, aconchego e, principalmente, de entendimento mútuo e compartilhamento fraterno” (Santos, 2014), não focando na construção de raízes locais.

A partir disso, iniciamos uma busca por referências da cultura latino-americana que pudéssemos ter acesso, com baixo custo, em Porto Alegre. Durante a procura, recordamos do estilo de música/dança comum no Uruguai, presente também na Argentina e no Brasil, o Candombe. Pesquisamos, através de ferramentas de busca e redes sociais, por grupos de candombe na capital e encontramos três: Candombe POA, Candombe das Gurias e La Brasa Lunera Candombe. Entramos em contato com todos os grupos através dos canais de comunicação encontrados. Obtivemos retorno positivo somente do “La Brasa Lunera”, tornando-se, assim, o parceiro para essa oficina (Figura 16).

O grupo é composto por artistas de vários países da América Latina, incluindo brasileiros e uruguaios, e promove a cultura através de ensaios abertos e oficinas semanais no Centro Histórico e no Parque da Redenção em Porto Alegre, com foco no toque (ritmo) Cuareim, típico de Montevideu. Eles descrevem que o compromisso da La Brasa Lunera vai além do entretenimento, tendo como propósito o intercâmbio cultural e sobretudo, a preservação do Candombe como Patrimônio Imaterial, reconhecido pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO, 2010).

Figura 16 - Flyer de divulgação da oficina de Candombe



Fonte: Autora

Inicialmente, a oficina foi pensada para ocorrer dentro da instituição, antes do horário de entrada dos usuários na casa. No entanto, conforme pontuado anteriormente, a ação foi barrada pela gestão com o argumento de que a fonética do vocábulo “Candombe” era muito semelhante a da palavra “Candomblé”<sup>30</sup>, e isso poderia confundir os fundadores, a vizinhança ou até os trabalhadores, sendo tratado como algo ruim, pejorativo ou, até mesmo, profano. Essa negativa na concessão do espaço trouxe novos desafios, relacionado ao espaço para execução e a forma de divulgação, já que fomos impedidas de distribuir o *flyer* dentro da instituição.

Posto isso, pensamos em duas alternativas: encontrar um novo local ou o cancelamento da atividade. Cogitamos outros espaços, como no Centro Pop ou a Sede do AICAS (Associação Intercomunitária de Atendimento Social). Porém,

<sup>30</sup> Candomblé: religião de matriz africana que cultua os Orixás e outras entidades espirituais. Foi trazida ao Brasil pelos africanos escravizados, os quais adaptaram suas crenças e rituais para sobreviver à repressão colonial.



A oficina de Candombe ocorreu, então, no dia 16 de Setembro de 2023, com a participação de seis integrantes do grupo, entre eles, o usuário Espinilho, cuja trajetória foi abordada no capítulo anterior e desempenhou um papel fundamental na construção do projeto. A presença de Espinilho foi especialmente significativa, considerando sua relevância na conexão entre os aspectos culturais e a prática da oficina, fortalecendo a proposta de intercâmbio e resgate cultural desenvolvida ao longo do trabalho.

Tivemos cerca de doze participantes<sup>31</sup>. A Sabrina, uma das idealizadoras do grupo, fez uma abertura apresentando a história do Candombe e a sua relação com a cultura de resistência na América Latina, trazendo o contexto da escravização do povo preto e indígena, além das mudanças que o mesmo passou no decorrer da história.

Nesse momento, os usuários compartilharam suas vivências no período da ditadura civil-militar no Brasil e experiências com outros instrumentos musicais, construindo, assim, a identidade grupal, fundamental para fortalecer o empoderamento coletivo e a participação (Vileirine, 2016, p. 141). A condutora da oficina também mostrou os três tipos de tambores utilizados no Candombe, o *piano*, o *repique* e o *chico*, além de contar sobre o material que cada um é feito (madeira e couro, de vários tipos), de forma totalmente artesanal e trazidos do Uruguai.

No dia seguinte, dois acolhidos da instituição manifestaram interesse em saber quando a oficina seria realizada novamente, expressando o desejo de participar, uma vez que seus colegas haviam comentado sobre a experiência positiva e divertida. Esses comentários são extremamente significativos e gratificantes, pois reafirmam a importância e a necessidade de proporcionar momentos de interação e acesso a outras culturas, evidenciando o impacto positivo que tais atividades têm sobre eles.

O planejamento desta atividade mostrou que barreiras institucionais sempre existirão, e cabe ao profissional decidir se isso irá impedir ou modificar o desenvolvimento do seu trabalho e daquilo que está disposto a fazer na

---

<sup>31</sup> Alguns destes pertencem ao nosso círculo social e estavam presentes para demonstrar apoio, já que vivenciaram a construção da ação e por saberem do nosso receio na baixa adesão/participação, em razão das mudanças de local e da proibição de divulgação dentro da instituição.

profissão. Ainda, conseguimos perceber a importância e as possibilidades que as parcerias podem nos oferecer, além do impacto do apoio de cada pessoa aliada.

Durante a ação, observamos os usuários contando suas histórias e vivências, manifestando a integração entre os usuários e osicineiros. Assim, interessados em ouvir o que o outro tinha a dizer, davam visibilidade para a cultura e para os indivíduos, conferindo a atenção que as pessoas em situação de rua não costumam receber no contexto em que estão submetidas, fazendo com que eles se sentissem, naquele momento, integrantes da comunidade e pertencentes à comunidade.

Além disso, notamos eles muito confortáveis no local, fora das paredes institucionais do Albergue. Ali, parece que estavam à vontade, sem medo de penalizações ou regras estritas, expressando-se e seguindo os seus costumes com naturalidade e alegria. Atribuímos isso a identificação e/ou interesse com a atividade proposta, o que fez com que participassem integralmente.

Ademais, havíamos planejado uma oficina de integração entre os usuários brasileiros e os imigrantes, que teria como tema central a cultura da América Latina, observando as semelhanças e as diferenças. Idealizamos, portanto, a construção de um espaço que pudessem compartilhar suas culturas e histórias e, através delas, encontrar pontos em comum de identificação. Essa seria feita no mês de Outubro de 2023, na semana em que houvesse mais usuários imigrantes na casa, sem data fixa no planejamento. Contudo, não tivemos o ingresso de muitos imigrantes nesse período e tempo hábil para o desenvolvimento, considerando os entraves e as adaptações feitas nas ações anteriores.

Por fim, destacamos que os custos envolvidos para a realização de todas as atividades foram supridos com nossos recursos próprios, quais sejam: impressão de material colorido e ressarcimento do valor para deslocamento dos parceiros. Se, por um lado, essa decisão viabilizou as ações necessárias e idealizadas para a conclusão do Estágio Obrigatório, por outro lado, entendemos que a criação dessas estratégias individuais favorece a instituição, que não direciona/mobiliza recursos para formação e integração, e, dessa forma, acabamos apoiando e alimentando essa ausência de recursos financeiros, já

que não tensiona para mudanças a longo prazo, sendo mais um aprendizado nesse processo.

## 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

No presente trabalho buscamos explorar as múltiplas dimensões do vínculo entre a imigração e da situação de rua, com enfoque nos imigrantes latino-americanos, habitantes da cidade de Porto Alegre. Abordando a forma como as estruturas sociais, políticas e econômicas contribuem para a marginalização e exclusão dessas populações, evidenciamos, através de uma análise crítica do capitalismo, da necropolítica e da política de assistência social, a intersecção de diversos fatores que perpetuam a vulnerabilidade social e a ausência de acesso a direitos básicos, como a moradia, a saúde e a segurança.

Com esse viés, constatamos que os imigrantes, ao chegarem no Brasil, enfrentam barreiras significativas, não só em termos de adaptação cultural e linguística, como também em relação ao acesso aos serviços públicos e à inserção no mercado de trabalho. A desigualdade estrutural, intensificada pela lógica de acumulação capitalista, muitas vezes transforma as migrações em trajetórias de sofrimento e negação de direitos. Distante de ser uma oportunidade de mobilidade social, para muitos sujeitos a imigração tende a acentuar as condições de vulnerabilidade, colocando-os em situação de rua, onde são submetidos não apenas à violência física e psicológica, mas à xenofobia e ao racismo.

O papel do Serviço Social, nesse contexto, é de extrema relevância. O trabalho profissional no atendimento à imigrantes em situação de rua exige uma atuação pautada no acolhimento, na escuta qualificada, no conhecimento e na aplicabilidade da legislação, de protocolos e de outros documentos oficiais que possam contribuir na promoção da autonomia dos sujeitos, buscando garantir que os seus direitos sejam respeitados e que as suas necessidades sejam atendidas de forma integral. No estágio realizado no albergue noturno Acolher 2 foi possível vivenciar os desafios dessa atuação, como a escassez de recursos e a falta de políticas públicas eficazes, mas, principalmente, as potencialidades da intervenção social para a promoção de dignidade e para a construção de alternativas de inclusão social.

O projeto de intervenção desenvolvido nessa instituição visou tanto o acolhimento imediato, como a implementação de ações que buscassem promover a autonomia dos imigrantes, proporcionando-lhes o acesso às

informações e aos serviços essenciais para a sua permanência e a sua integração no Brasil. Ao longo desse processo, percebemos que o trabalho do/da assistente social deve ir além da simples prestação de serviços, necessitando uma articulação sistemática, contínua e rigorosa com outras áreas como a saúde, a educação e a assistência jurídica.

Outro ponto que merece destaque é a reflexão sobre a relação entre a teoria e a prática no Serviço Social evidenciada neste trabalho. A partir do estudo teórico, que abordou as bases do capitalismo, da necropolítica e das políticas públicas, articulado ao trabalho vivenciado no campo de estágio, ratificamos que o trabalho profissional deve ser baseado no conhecimento e na análise crítica das realidades sociais, permitindo a intervenção e a produção de conhecimento, contribuindo para a transformação das condições estruturais que geram a desigualdade e a exclusão.

A análise das condições de trabalho do/a assistente social e a reflexão sobre a função do Serviço Social nas políticas públicas, tal qual o processo formativo e as condições de trabalho, revelou a impreterível necessidade de discutirmos a reconfiguração da ação profissional, bem como das relações de trabalho. Esse processo de reconfiguração passa, em nossa leitura, pela formação continuada dos profissionais, pela sensibilização da sociedade e pelo fortalecimento das políticas públicas de integração e de acolhimento à imigrantes.

Em síntese, este trabalho, mais do que lançar luz ao debate acadêmico sobre migração, pessoas em situação de rua e direitos humanos, ressalta a importância (e a exigência) da construção de uma prática profissional mais comprometida com a transformação social. A necessidade de um olhar atento, sensível e crítico sobre as realidades dos imigrantes em situação de rua demanda, cada vez mais, a integração entre a teoria, a prática e a política social. Deve, portanto, promover a inclusão e o acesso a direitos de forma efetiva e humanizada.

Destacamos, ainda, que a opção por designar os usuários atendidos com nomes de plantas xerófitas e pirófitas não é apenas uma escolha simbólica, mas uma homenagem que carrega respeito por suas trajetórias de vida. Assim como as plantas xerófitas, que resistem em ambientes áridos e de solos pobres, esses

sujeitos enfrentam a escassez de recursos e adversidades cotidianas. Por outro lado, as plantas pirófitas, que demonstram resiliência ao adaptar-se a condições extremas, como altas temperaturas e até ao fogo, refletem a capacidade de superação daqueles que, apesar de contextos muitas vezes desumanos, continuam a sobreviver e resistir.

Tal analogia busca ressignificar a visão da sociedade sobre as pessoas em situação de rua, afastando a imagem de fragilidade ou piedade para evidenciar a dificuldade de suas trajetórias e a força com que resistem em meio às adversidades, transformando essa luta em reconhecimento e valorização.

Ecoando a voz desses usuários imigrantes, que tanto nos ensinaram ao longo desse processo, reiteramos, a partir dos seus depoimentos, o sofrimento, a dor e a indignação dessas pessoas que vieram em busca de novas oportunidades e que foram vilipendiadas,

Me robaron dos veces, dos veces, en cuatro días. [...] Allí en la plaza, ahora ni siquiera tengo un documento. Ustedes [os brasileiros] tienen prejuicios contra los inmigrantes que llegan, dicen que les vamos a robar, pero ustedes son los que me robaron a mí (Saldaña, 2023a, p. 21).

E expressam seus desejos, seu orgulho, sua dignidade “*No necesito esto [auxílio], trabajaremos y lo lograremos*” (Saldaña, 2023a, p. 25). Essas são as profundas contradições de uma realidade social que o Serviço Social assume o compromisso de buscar superar, reconhecendo que essas vozes não são apenas um retrato da exclusão, mas, sobretudo, um chamado à ação. A escuta dessas histórias nos inspira a avançar na construção de políticas públicas mais inclusivas, no fortalecimento das redes de apoio e na sensibilização da sociedade para as demandas e direitos dos imigrantes.

O desafio é manifesto. Todavia, a transformação social será possível apenas mediante uma atuação que valorize o potencial emancipatório dos sujeitos e que enfrente, de forma crítica e coletiva, as desigualdades que perpetuam a marginalização. Que esses relatos sejam um lembrete constante da necessidade de práticas sociais que promovam não somente a inclusão, mas, acima de tudo, o respeito e a dignidade humana. Continuaremos!

## REFERÊNCIAS

ALLES, Natália Ledur. *Boca de rua: Representações sociais sobre população de rua em um jornal comunitário*. 2010. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

ANTUNES, Ricardo. *Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. São Paulo: Boitempo, 1999.

BARBOSA, Sobrinho Lima. “O consenso de Washington: a visão neoliberal dos problemas latino-americanos”, in Barbosa Lima Sobrinho et al. *Em defesa do interesse nacional. Desinformação e alienação do patrimônio público*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2015.

BOSNER, Beatriz de Moraes Vieira. **Desafio e Possibilidades do Sistema de Garantia de Direitos à População Migrante no Município De Porto Alegre**. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Escola de Humanidades, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, p.196. 2020.

BOTEGA, Tuíla (2017). Mobilidade social. In CAVALCANTI, Leonardo et al (Org.) *Dicionário crítico de migrações internacionais*. Brasília: EDUNB, p.495-502.

BUENO, Ermelinda Maria. *Os desafios de envelhecer na rua*. 2013. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2013. Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/12436>. Acesso em 12 set. 2024.

BRASIL. **Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome**. *Rua: aprendendo a contar: Pesquisa Nacional sobre População em Situação de Rua*. Brasília, DF: MDS; Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação; Secretaria Nacional de Assistência Social, 2009. Disponível em: [http://mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia\\_social/Livros/Rua\\_aprendendo\\_a\\_contar.pdf](http://mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Livros/Rua_aprendendo_a_contar.pdf). Acesso em: 28 ago. 2024.

BRASIL. **Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017**. Institui a Lei de Migração. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, p. 1, 25 Maio 2017. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2015-2018/2017/lei/l13445.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015-2018/2017/lei/l13445.htm). Acesso em: 15 nov. 2024.

BRASIL. MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICOS. **Refúgio em Números - Portal de Imigração**. 2022. Disponível em: <https://portaldeimigracao.mj.gov.br/pt/dados/refugio-em-numeros>. Acesso em: 15 ago. 2024.

BRASIL. Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania. *População em Situação de Rua: Diagnóstico com base nos dados e informações disponíveis em registros administrativos e sistemas do Governo Federal*. Brasília: MDH, 2023. Disponível em: [https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/populacao-em-situacao-de-rua/publicacoes/relat\\_pop\\_rua\\_digital.pdf](https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/populacao-em-situacao-de-rua/publicacoes/relat_pop_rua_digital.pdf). Acesso em: 22 ago. 2024

BRASIL. **Política Nacional de Assistência Social – PNAS/SUAS**, aprovada pelo Conselho Nacional de Assistência Social por intermédio da Resolução nº 145, de 15 de outubro de 2004, e publicada no Diário Oficial da União – DOU do dia 28 de outubro de 2004.

BRASIL. **Política Nacional de Assistência Social – PNAS/SUAS**, aprovada pelo Conselho Nacional de Assistência Social por intermédio da Resolução nº 145, de 15 de outubro de 2004, e publicada no Diário Oficial da União – DOU do dia 28 de outubro de 2004.

CASTRO, Alves. *Obras Completas de Castro Alves*. Afrânio Peixoto (Comp.). Francisco Alves: Rio de Janeiro, 1921.

CANZIAN, Fernando. *Famílias sofrem aperto duplo*. Folha de São Paulo, 2015. Disponível em: <https://m.folha.uol.com.br/colunas/fernandocanzian/2015/09/1679793-massacre-das-familias.shtml>. Acesso em 3 mai. 2023.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). **Código de Ética Profissional do Assistente Social**. Brasília, 1993.

COUTO, Berenice Rojas. *Assistência social: direito social ou bem-estar?* *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, n. 124, p. 665-677, out./dez. 2015. Texto referenciado pela palestra proferida no 8º Seminário Anual de Serviço Social da Cortez Editora, em 11 maio 2015, São Paulo. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ssoc/a/wMXBqGcc6RRfyvLXFpC6hRm/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 16 nov. 2024.

EDWARDS, Adrian. **Refugiado ou Migrante? O ACNUR incentiva a usar o termo correto**. Genebra, out. 2015. Disponível em: <https://www.acnur.org/portugues/2015/10/01/refugiado-ou-migrante-o-acnur-incentiva-a-usar-o-termo-correto/#:~:text=Dizemos%20refugiados%20quando%20nos%20referimos,na%20defini%C3%A7%C3%A3o%20legal%20de%20refugiado>. Acesso em: 17 ago. 2024.

EMPRESA DE PROCESSAMENTO DE DADOS DE PORTO ALEGRE (PROCempa). *Porto Alegre em Análise - Bairro Floresta*. Disponível em: [http://portoalegreemanalise.procempa.com.br/?regiao=26\\_0\\_0](http://portoalegreemanalise.procempa.com.br/?regiao=26_0_0). Acesso em: 28 ago. 2024.

FALEIROS, Vicente de Paula. *Estratégias em Serviço Social*. São Paulo, Cortez, 1997.

FASC, Fundação de Assistência Social e Cidadania. **Projeto Técnico Albergue**. Porto Alegre, 2019. Disponível em [https://dopaonlineupload.procempa.com.br/dopaonlineupload/2919\\_ce\\_257281\\_1.pdf](https://dopaonlineupload.procempa.com.br/dopaonlineupload/2919_ce_257281_1.pdf). Acesso em 18 ago. 2024.

FERRARI, Mariana. **O que é necropolítica. E como se aplica à segurança pública no Brasil.** 25 set. 2019. Disponível em: <https://ponte.org/o-que-e-necropolitica-e-como-se-aplica-a-seguranca-publica-no-brasi/>. Acesso em 12 set. 2024.

FERREIRA, Vanessa Rocha; SANTOS, Murielly Nunes dos. Pejotização e relações de trabalho. Revista de Ciências Sociais e Política/trabalho. Vol. 1, n.54, p. 99– 116, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/politicaetrabalho/article/view/53463>. Acesso em 18 out. 2024.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido. 42. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005. 213 p. ISBN 8521900058.

GOFFMAN, Erving. Manicômios, prisões e conventos. São Paulo, **Perspectiva**, 1974.

GUERRA, Yolanda, et al. Atribuições, competências, demandas e requisições: o trabalho do assistente social em debate. In: **Mesa temática coordenada: Fundamentos do trabalho do/a assistente social no contexto de reconfiguração das políticas sociais no brasil.** Anais do XV Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social, dez. de 2016, Ribeirão Preto - SP. Disponível em: <https://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/guerra-e-outros-201804131237474299190.pdf>. Acesso em 02 nov. 2024.

GUERRA, Yolanda. Direitos Sociais e Sociedade de Classes: o Discurso do Direito a Ter direitos. In: MARCONSIN, C. et al. Ética e Direitos: ensaios críticos. Coletânea Nova de Serviço Social. Rio de Janeiro: **Lumen Juris**, 2013

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **O Serviço Social na contemporaneidade: dimensões históricas, teóricas e ético-políticas.** Fortaleza, CRESS –CE, Debate n. 6, 1997.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. Serviço Social em tempo de capital fetiche: Capital financeiro, trabalho e questão social. São Paulo: **Cortez**, 2007.

IAMAMOTO, Marilda Vilela; CARVALHO, Raul. Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. São Paulo, **Cortez**, 1983.

INTERNATIONAL ORGANIZATION FOR MIGRATION. Número de migrantes en América del Sur (2020). Disponível em: <https://www.migrationdataportal.org/es/node/2952>. Acesso em: 17 ago. 2024.

INTERNATIONAL ORGANIZATION FOR MIGRATION. **Relatório Mundial sobre Migração de 2024 revela as últimas tendências e desafios mundiais para a mobilidade humana**. International Organization for Migration, 2024. Disponível em: <https://brazil.iom.int/pt-br/news/relatorio-mundial-sobre-migracao-de-2024-revela-ultimas-tendencias-e-desafios-mundiais-para-mobilidade-humana>. Acesso em: 22 ago. 2024.

INTERNATIONAL ORGANIZATION FOR MIGRATION. **World Migration Report 2020**. International Organization for Migration, 2019. Disponível em: [https://publications.iom.int/system/files/pdf/wmr\\_2020.pdf](https://publications.iom.int/system/files/pdf/wmr_2020.pdf). Acesso em: 22 ago. 2024.

LAVOR, Thays. 'Invisíveis até na morte': a luta de um morador de rua para evitar que sua mulher fosse enterrada como indigente. **BBC News Brasil**, 19 dez. 2016. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-38095909>. Acesso em 02 out. 2024.

MARINUCCI, Roberto; MILESI, Rosita. **Migrações Internacionais Contemporâneas**. 2021. Disponível em: <https://www.migrante.org.br/migracoes-internacionais-contemporaneas/>. Acesso em: 14 ago. 2024.

MARX, Karl. *Manuscritos econômicos-filosóficos*. São Paulo: Boitempo, 2008.

MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política*. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

MBEMBE, Achile. **Necropolítica**. São Paulo: N-1 Edições, 2018.

NERI, Marcelo. *As Classes Médias Brasileiras*. Rio de Janeiro: CPS/FGV, 2019. Disponível em: <https://cps.fgv.br/cps/bd/papers/es106-As-Classes-Medias-Brasileiras.pdf>. Acesso em 06 nov. 2024.

OXFAM BRASIL. *A desigualdade mata*. 2022. Disponível em: <https://www.oxfam.org.br/a-desigualdade-mata/>. Acesso em: 12 set. 2024.

OXFAM BRASIL. **Um novo bilionário surgiu a cada 26 horas durante a pandemia, enquanto a desigualdade contribuiu para a morte de uma pessoa a cada quatro segundos**. 2022. Disponível em: <https://www.oxfam.org.br/noticias/um-novo-bilionario-surgiu-a-cada-26-horas-durante-a-pandemia-enquanto-a-desigualdade-contribuiu-para-a-morte-de-uma-pessoa-a-cada-quatro-segundos/>. Acesso em: 11 set. 2024.

PIZA, Suze. **Sequestro e resgate do conceito de necropolítica: convite para a leitura de um texto**. *Trans/Form/Ação* [online]. 2022, vol. 45, no. 3, pp. 129-148. <https://doi.org/10.1590/0101-3173.2022.v45esp.08.p129>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/trans/a/NrF7PcGmQCF4vP6KPpmjHRS/?lang=pt>. Acesso em 11 set. 2024.

RAICHELIS, Raquel. Intervenção profissional do assistente social e as condições de trabalho no Suas. **Serviço Social & Sociedade**, n. 104, p. 750–772, out. 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sssoc/a/cSK3XgKqNLzD8NJPYJbvH5R/?lang=pt#>. Acesso em 19 out. 2024.

RELPH, Edward C. 1979. As Bases Fenomenológicas da Geografia. *Geografia*, 4 (7): 1-25.

RODRIGUES, Igor de Souza. **A construção social do morador de rua: o controle simbólico da identidade** (Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais). Juiz de Fora: UFJF, 2015. Disponível em: <http://repositorio.ufjf.br:8080/jspui/bitstream/ufjf/2199/1/igordesouzarodrigues.pdf>. Acesso em: 27 set. 2024.

RODRIGUES, Leandro. Guarda Municipal aborda pessoas em situação de rua nos bairros Cidade Baixa e Menino Deus. **GZH**, 23 mai. 2023, disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/porto-alegre/noticia/2023/05/guarda-municipal-aborda-pessoas-em-situacao-de-rua-nos-bairros-cidade-baixa-e-menino-deus-cli0dpws5004301657niulxqg.html>. Acesso em 21 set. 2024.

RODRIGUES, Paula Graciele. *Gênero entre as ruas e a trama institucional: um estudo sobre a vivência de mulheres adolescentes em situação de vulnerabilidade social no centro de São Paulo*. 2009. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Estadual Paulista, Marília, 2009. Disponível em: <https://www.ciespi.org.br/media/files/fcea049a8ec4d511ecbe6e5141d3afd01c/f102e1fa5c4d711ecbe6e5141d3afd01c/Genero%20entre%20as%20ruas%20e%20a%20trama%20institucional.pdf>. Acesso em: 12 set. 2024

SALDAÑA, Julia Alessandra Clipes. [Diário de campo]. Porto Alegre: [s. n.], 2023a. 74 p. Diário de campo de Serviço Social no Albergue Acolher 2.

SALDAÑA, Julia Alessandra Clipes. *Análise socioinstitucional do Albergue Acolher 2: desafios e contradições no atendimento à população em situação de rua em Porto Alegre/RS*. Porto Alegre, 2023b. Documento interno, não publicado.

SANTOS, Bruno Hermes de Oliveira. Um sonho de pertencimento: o fenômeno comunitário à luz do pensamento de Zygmunt Bauman. Rio de Janeiro, **Habitus**, v. 12, n. 2, p. 113-120, 2014. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/habitus/issue/view/815/341>. Acesso em 18 out. 2024.

SANTOS, Gislene dos. **Reflexões em tempos de pandemia, necropolítica e genocídios**. 2020. Disponível em: <https://jornal.usp.br/artigos/reflexoes-em-tempos-de-pandemia-necropolitica-e-genocidios/>. Acesso em: 11 set. 2024.

SICARI, Aline Amaral; ZANELLA, Andrea Vieira. Pessoas em Situação de Rua no Brasil: Revisão Sistemática. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 38, n. 4, p. 662–679, out. 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pcp/a/zZmF6jcYxpRqGS4b5QMX9sQ/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 11 set. 2024.

SILVA, Claudia Neves da; COSTA, Selma Frossard. As ações assistenciais promovidas pelas igrejas pentecostais e suas expressões na política de assistência social do município de Londrina. **Semina: Ciências Sociais e Humanas**, [S. l.], v. 28, n. 1, p. 45–58, 2007. DOI: 10.5433/1679-0383.2007v28n1p45. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/seminasoc/article/view/3773>. Acesso em: 4 nov. 2024.

SILVA, Jonathan. *Samba da Utopia*. Interpretada por Ceumar. In: *Silencia*. Belo Horizonte: Circus Produções, 2000. Música.

SOUSA, Celmar Brito de; PINHEIRO, Paulo Felix; NASCIMENTO, Rafael Vieira Pires do; ATTENE, Roberta Beatriz Cirillo. A importância da escuta qualificada como metodologia essencial para o protagonismo e a autonomia das pessoas atendidas no suas. **Revista da Assistência Social da Paulus**. Ano 3, n.9, 2021. Edição Especial sobre a Pós-Graduação. Disponível em: <https://revista.fapcom.edu.br/index.php/revista-social/article/view/509/474>. Acesso em: 21 out. 2024.

TAVERNA, Miquel. Judith Butler: “De quem são as vidas consideradas choráveis em nosso mundo público?” **Brasil Elpais, Coluna Babelia**. 2020-07-10. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/babelia/2020-07-10/judith-butler-de-quem-sao-as-vidas-consideradas-choraveis-em-nosso-mundo-publico.html>. Acesso em: 02 out. 2024.

TORRES, Mabel. O trabalho socioeducativo desenvolvido pelo Assistente Social: Concepções e atividades desenvolvidas. *Revista Libertas*. Online, v.14, n.9, dez. 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufif.br/index.php/libertas/article/view/18306>. Acesso em 04 nov. 2024.

UNESCO. **Decisions 4.COM/13.74**. Comitê Intergovernamental para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial, 2010. Disponível em: <https://ich.unesco.org/en/decisions/4.COM/13.74>. Acesso em: 14 nov. 2024.

UNHCR. “**Los retos de la Protección a los Refugiados**” - Conferencia de la Sra. Sadako Ogata, Alta Comisionada de las Naciones Unidas para los Refugiados, en la Universidad de La Habana, Cuba, 11 de mayo del 2000. Publicada em: 11/04/2000. Disponível em: <https://www.unhcr.org/admin/hcspeeches/3ae68fc614/los-retos-de-la-proteccion-los-refugiados-conferencia-de-la-sra-sadako.html>. Acesso em: 16 ago. 2024.

VILEIRINE, Reginaldo Miguel de Lima. Os instrumentais técnicos no trabalho com grupos. In LAVORATTI, Cleide; COSTA, Dorival (orgs.). *Instrumentais técnico-operativos no Serviço Social: Um debate necessário*. Ponta Grossa: **Estúdio Texto**, 2016. p. 127-134. ISBN 978-85-67798-58-5. Disponível em: <https://www2.uepg.br/proex/wp-content/uploads/sites/8/2018/10/LIVRO-INSTRUMENTAIS-TECNICO-OPERATIVOS-NO-SERVICO-SOCIAL.pdf>. Acesso em: 15 nov. 2024.

WEBER, Jéssica Rebeca. **Venda de imóveis: veja o mapa com os bairros mais caros e os mais baratos de Porto Alegre**. GaúchaZH, 10 maio 2022. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/porto-alegre/noticia/2022/05/venda-de-imoveis-veja-o-mapa-com-os-bairros-mais-caros-e-os-mais-baratos-de-porto-alegre-cl3alker0003k019i4m1dk0au.html>. Acesso em: 11 maio 2023.

WELLE, Arthur et al. Os impactos da pejetização e da formalização no financiamento da previdência social: uma simulação pautada pela reforma trabalhista. **Revista eletrônica Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região**, Curitiba, v. 8, n. 80, p. 129-149, jul. 2019.

ZAMBERLAM, Jurandir. O processo migratório no Brasil e os desafios da mobilidade humana na globalização. Porto Alegre: Pallotti, 2004.

**APÊNDICE A – FORMULÁRIO DE SONDAAGEM COM EQUIPE TÉCNICA****PROJETO DE INTERVENÇÃO:  
ACOLHIMENTO DE IMIGRANTES  
LATINO-AMERICANOS NO ALBERGUE  
ACOLHER 2**

O projeto de intervenção profissional em Serviço Social tem como objeto a qualificação do processo de acolhimento e inclusão de imigrantes latino-americanos no Albergue Acolher 2. A base teórica do projeto fundamenta-se na compreensão da questão social como a expressão das desigualdades e resistências vivenciadas pelos indivíduos no contexto societário. Através da perspectiva crítica dialética de Marx, busca-se analisar as contradições, desigualdades e estruturas sociais que contribuem para a marginalização dos imigrantes em situação de rua.

O objetivo geral é potencializar o acesso dos imigrantes aos direitos fundamentais, enquanto os objetivos específicos englobam a compreensão das histórias de vida dos imigrantes, o desenvolvimento de estratégias de comunicação eficaz, a promoção de integração comunitária e a facilitação do entendimento das normas do ambiente.

**O presente questionário faz parte de uma das ações que serão desenvolvidas no projeto, que visa elaborar um protocolo padrão de atendimento a imigrantes na casa. Para isso, quero ouvir/ler de vocês como se dão esses acolhimentos, e a partir disso, pensar nesse protocolo padrão, levando em consideração os apontamentos feitos aqui.**

**A PARTICIPAÇÃO DE CADA UM É MUITO IMPORTANTE E VALIOSA <3**

*\* Indica uma pergunta obrigatória*

1. Nome \*

\_\_\_\_\_

2. Você se sente seguro/qualificado para fazer o acolhimento de imigrantes? Se não, por que? \*

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

3. Nos acolhimentos/entrevistas a imigrantes, quais as dúvidas/inseguranças surgem? Ao que você atribui isso? \*

---

---

---

---

---

4. Nos acolhimentos/entrevistas a imigrantes, quais os encaminhamentos você costuma fazer? Por que? \*

---

---

---

---

---

5. Como você considera que poderíamos melhorar o atendimento a essa população? \*

---

---

---

---

---

6. Gostaria de fazer mais alguma colocação/contribuição? \*

---

---

---

---

---

## ANEXO A - FICHA DE CADASTRO



Associação Beneficente Projeto Restaurar – Albergues Porto Alegre-RS  
 Matriz: Av. Presidente Getúlio Vargas, 10430, Distrito Industrial –  
Alvorada/RS  
 Fone: Acolher 1: 51-37372279, Acolher 2: 51-37372118  
 CNPJ: 74874579/00001-58

## FICHA DE CADASTRO

DATA: ___/___/2023 HORÁRIO: ___ RESP. ACOLHIDA: _____ NOME: _____ NOME SOCIAL: _____ PAI _____ MÃE _____
DATA DE NASCIMENTO: ___/___/___ IDADE: _____ SEXO: _____ COR: _____ RG: _____ CPF: _____ NIS: _____ OUTRO DOC: _____ CARTÃO TRANSP. PÚBLICO: _____ TIPO BENEFÍCIO: IDOSO BPC ( ) DEFIC. BPC ( ) PESSOAS PBF ( ) AUX/BRASIL ( ) APOSENTADORIA/PENSÕES ( ) OUTROS ( ) _____
PROCEDÊNCIA: POA ( ) REG. METROPOLITANA ( ) INTERIOR RS ( ) OUTRO ESTADO ( ) OUTRO PAÍS ( ) REGIÃO DE PROCEDÊNCIA: _____ ÚLTIMA RESIDÊNCIA: _____
ESCOLARIDADE: ANAFALBETO ( ) ED. INFANTIL ( ) ENS. FUND. INCOMPL ( ) ENSINO FUND. COMPLETO ( ) ENS. MÉD. INCOMPL ( ) ENS. MÉD. COMPLETO ( ) ENS. SUP. INCOMPLETO ( ) ENS. SUP. COMPLETO ( ) OUTROS ( ) _____
FAZ USO DE MEDICAÇÕES? SIM ( ) NÃO ( ) <input type="checkbox"/> QUAIS: _____ _____
CARACTERÍSTICAS/ VULNERABILIDADE: VÍTIMA VIOLENCIA FÍSICA ( ) VÍTIMA NEGLIGÊNCIA/ABANDONO ( ) VÍTIMA DE VIOLENCIA INTRAFAMILIAR ( ) EXPULSÃO DA CONV. COMUNITÁRIA ( ) DEFICIÊNCIA (FÍS/SENS/INTC) ( ) DOENÇA MENTAL ( ) USUÁRIO DE SUBSTÂNCIAS PSICOATIVAS ( ) EGRESSO SIST. PRISIONAL ( ) REFUGIADO/IMIGRANTE ( ) MIGRANTE (Outro Município) ( ) AUSÊNCIA DE REC. MAT/HABITAÇÃO ( ) TRAVESTI, TRANSEXUAL, TRANSGÊNERO ( ) OUTROS ( ) _____ TEMPO DE RUA: ( ) até 3M ( ) 3 a 6M ( ) 6 M a 1A ( ) 1A a 3A ( ) 3A a 6A ( ) 6A a 10 <sup>2</sup> ( ) 10A a 20A ( ) + 20A ( ) não lembra
CONTATOS DE REFERÊNCIAS (familiares, amigos): NOME: _____
ENCAMINHAMENTOS: _____
OBSERVAÇÃO INICIAL: _____

**ANEXO B - COMPROVANTE DE RESIDÊNCIA**

Associação Beneficente Projeto Restaurar  
Albergue Acolher 2  
Rua sete de abril, 315 - Bairro; Floresta - Porto Alegre -RS  
Fone: 51-37372118 - CPNJ: 74874579/00005-81

---

**DECLARAÇÃO**

Porto Alegre, 05 de março de 2023.

Declaramos para os devidos fins que sr (a), , CPF: ingressou neste equipamento para acolhimento noturno na data de

Ratificamos que trata-se de um albergue noturno com funcionamento de 12 horas, conforme legislação vigente, portanto, os acolhidos(as) são residentes neste espaço institucional situado na Rua: Sete de Abril, 315, Bairro Floresta – Porto Alegre/RS.

Atenciosamente,

---

**Assistente Social**



Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul  
Pró-Reitoria de Graduação e Educação Continuada  
Av. Ipiranga, 6681 - Prédio 1 - 3º. andar  
Porto Alegre - RS - Brasil  
Fone: (51) 3320-3500 - Fax: (51) 3339-1564  
E-mail: [prograd@pucrs.br](mailto:prograd@pucrs.br)  
Site: [www.pucrs.br](http://www.pucrs.br)